

Embora muito se tenha falado de socialismo e de transição a propósito do processo político português depois do 25 de Abril, é inconteste que Portugal nunca saiu do quadro típico de uma crise pré-revolucionária. É no entanto inegável que, durante um largo período, a ofensiva pertenceu, em termos de luta de classes, ao movimento popular e às forças políticas que se diziam «revolucionárias». E inegável é também o facto de ter essa luta de classes penetrado nas Forças Armadas a um ponto que não terá paralelo desde a Rússia de 17.

Como foi então possível que se tenha chegado à situação actual, em que um Partido Socialista heterogéneo e impotente, após ter-se apoiado nas forças de direita, civis e militares, para atingir o poder, se veja, de cedência em cedência, na iminência de ser por elas ultrapassado — e de ficar na História, à semelhança de tantos congéneres seus, como o agente inglório de dramáticos sucessos?

Este livro pretende contribuir para a resposta a esta questão. E sobretudo, a partir de um exame necessariamente breve de outras crises pré-revolucionárias e dos respectivos desfechos, bem como dos conceitos teóricos fundamentais relativos ao socialismo e à transição, busca extrair do caso português os elementos com que terá vindo enriquecer a experiência revolucionária. Elementos tanto mais úteis quanto dizem respeito a um país capitalista «intermédio» na divisão internacional do trabalho: o que aqui decorreu (e decorre) prefigura, à sua escala própria, os problemas, que virão a pôr-se talvez a mais breve prazo do que muitos imaginam, da revolução e do socialismo em países de capitalismo avançado.

RFN = 1466

150.

3:1.7(469) PER

O Socialismo, a Transição e o Caso Português

JOÃO MARTINS PEREIRA

O Socialismo, a Transição e o Caso Português



LIVRARIA BERTRAND
APARTADO 37 — AMADORA



N. 1661

Capa de José Cândido

© 1976, by LIVRARIA BERTRAND, S. A. R. L. — Lisboa

Composto e impresso nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
(Imprensa Portugal-Brasil), Rua João de Deus — Venda Nova — Amadora

Acabou de imprimir-se em Dezembro de 1976

*«Esse drama estranho e apaixonante que
é a construção do socialismo.»*

ERNESTO CHE GUEVARA
(O Socialismo e o Homem em Cuba)

Introdução

SE a força das ideias se pudesse medir pela frequência de utilização das expressões verbais que as veiculam, Portugal já há muito estaria em transição para o socialismo, e até talvez mesmo já lá tivesse chegado. Durante largos meses, com efeito, todo o bicho-careta da alta roda política fez gala em usar tal expressão, a torto e a direito, enquanto a «arraia-miúda», essa, ia colocando as primeiras pedras do edifício complexo do socialismo, num movimento vigoroso que se exprimia por uma prática de ruptura, num árduo processo em que as massas iam ganhando experiência à custa de erros e de acertos, e não por estereis afirmações de princípios ou de intenções. Estas, de resto, pelo simples facto de provirem dos mais variados sectores políticos, que de repente se descobriam uma generalizada vocação socialista, só bem poucos poderiam enganar.

É bem provável que não subsistam já muitos candidatos à demonstração (ou, pelo menos, à defesa convicta) de que em Portugal, mesmo no exaltante pós-11 de Março, se chegou a encetar a «transição para o socialismo». O pudor ou simples parcimónia com que hoje se pronuncia a palavra socialismo — a que não fogem mesmo muitos dos que se encontram marcados com tão incómodo ferrete partidário — só têm

paralelo na ânsia com que antes ela era, ainda que tão ambigualmente, disputada. Nessa distante época, com efeito, quando sobre quase tudo se digladiavam os vários sectores partidários e militares, havia ao menos um ponto de consenso generalizado: todos sabiam que, ao falar de socialismo, estavam a referir-se a coisas diferentes, mas, por isso mesmo, podiam todos dar largas ao uso do vocábulo, reduzido a mero conjunto de dez letras, sem que daí viesse mal — nem bem — ao mundo.

Uma tão gigantesca operação de intoxicação tinha, porém, na sua origem, o sentimento de que as massas populares aspiravam *de facto* à destruição das relações de exploração a que estavam submetidas, e as identificavam, não sem razão, ao sistema capitalista — daí que o afirmar-se socialista, o apresentar uma via «portuguesa» para o socialismo, constituísse para os políticos uma necessidade prévia, sobre a qual poderiam então desenvolver, embrulhadas no papel de seda da «transição», propostas que com isso nada tinham evidentemente que ver.

Ainda recentemente, no decurso da campanha eleitoral para a presidência da República, foi notório o mal-estar do candidato que veio a ser eleito face a uma palavra que surge logo no artigo 2.º da Constituição... Quase foi necessário, no início da campanha, «obrigá-lo» a pronunciá-la, o que, obviamente, dá bem conta quer da convicção com que o fez, quer dos compromissos sobre os quais se apresentava à eleição. Quer ainda, sobretudo, do vazio de conteúdo que, mais do que nunca, estava associado a tal palavra.

Por tudo isto, julguei útil debruçar-me sobre os problemas do socialismo e da transição, buscando desmistificar o muito que sobre isso se disse — e o pouco que nesse sentido se fez (mais correctamente: fizeram as forças políticas que se afirmam socialistas). O texto que se segue é o primeiro passo de uma investigação que pretenderia bastante mais aprofundada. Quer no campo da teoria, quer no da reflexão sobre experiências históricas, quer sobretudo no exame cuidadoso da informação disponível sobre o caso português — quase diria

que o essencial está por fazer. Apenas busquei desbravar caminho, dar algumas pistas e formular umas quantas hipóteses — em suma, abrir uma discussão e despertar as atenções para uma questão política fundamental, despida de interesses mal escondidos e de oportunismos de toda a ordem.

Estranhar-se-á porventura que, dos três capítulos que compreende este livro, apenas um se refira ao caso português, dedicando-se os outros a uma, talvez fastidiosa, montagem de textos e citações relativos a aspectos teóricos e a várias experiências históricas que da «transição para o socialismo» se reclamaram. Na realidade, só aparentemente é esse o caso: os dois primeiros capítulos são, quase tanto como o último, «sobre Portugal». Não só foram escritos tendo permanentemente presentes os acontecimentos que aqui se desenrolaram desde o 25 de Abril, como só dessa forma, também, poderão ser lidos com alguma utilidade. Aliás, a articulação dos textos citados está feita de modo a que dificilmente o leitor português possa percorrê-los com uma atitude neutra, sem os referir a cada passo à experiência vivida ao longo deste período.

É discutível, bem sei, a metodologia dos «paralelos históricos», mas creio ter evitado os seus inconvenientes. O que pretendi, de facto, foi, por um lado, reunir certos conceitos teóricos, por outro, recolher *ideias postas em prática*, com ou sem sucesso, em contextos históricos paralelos (mas nunca *idênticos*), que nos ajudem a formular, para uma formação social concreta que é a portuguesa, os parâmetros fundamentais de uma «transição para o socialismo» que não passou, por enquanto, da fase pré-revolucionária e, portanto, ainda não se iniciou propriamente.

Devo assinalar que não transigi com quaisquer ortodoxias. Sempre que se me depararam materiais de reflexão úteis, não os pus de parte pelo facto de terem sido produzidos por figuras «excomungadas» mais ou menos formalmente: Trotsky, Preobrajensky, Bukharine, Rosa Luxemburgo, Guevara, etc., levantaram questões que não podem ser ignoradas e cuja discussão se não pode nem deve evitar. Aqueles que os «excomungam»

(ou «excomungaram») não deram, de um modo geral, qualquer contributo comparável, já que se limitam a recitar, e quase sempre de forma distorcida, o que os pretensos «deuses» disseram. Não me interessou tão-pouco, ainda que fosse possível (e não o era), confirmar rigorosamente se certas descrições de algumas experiências concretas correspondem ou não com precisão à realidade dos factos. Admiti, isso sim, que não foram pura e simplesmente inventadas e que, portanto, correspondem de algum modo a ideias que se tenta, ou tentou, pôr em prática, pelo meio de contradições inevitáveis que, essas, poderão estar a ser minimizadas. E se adoptei tal atitude é porque, justamente, a formação social concreta que nos interessa é a portuguesa, e esse manancial de «ideias práticas» que constituem as outras experiências históricas terá, de um modo ou de outro, de se inserir num contexto de luta de classes e de contradições que lhe são específicas. É em face destas que o valor de tais ideias terá de ser testado, podendo, por exemplo, revelar-se aqui positivas quando noutras paragens encontraram dificuldades de aplicação, e inversamente. Isto, é claro, tratando-se de ideias que se enquadrem no «sentido do socialismo», ou seja, dentro de uma evolução libertadora das energias e das potencialidades criadoras das massas trabalhadoras — e dentro de um quadro teórico da transição que tenha em conta as «regularidades» evidentes, que será perigoso desconhecer.

Dir-se-á que a importância do tema justificaria uma análise mais demorada, que retardaria a publicação do trabalho, mas, em contrapartida, o traria mais solidamente fundamentado. Não ponho em dúvida os benefícios de tal opção, em termos de rigor. Mas o certo é que este texto não surge de simples lucubrações académicas: ele está fortemente datado, no sentido em que foi uma *prática* que determinou, do ponto de vista do autor, a sua *necessidade*. O mesmo é dizer que ele se pretende «de intervenção». Sendo assim, e porque se continua a viver um período politicamente acelerado, não é de nenhum modo indiferente o momento da publicação. Daí que se

tenha acreditado que uma preocupação excessiva de rigor não podia prevalecer face à urgência de um contributo (mesmo imperfeito e insuficiente) para esclarecer certas questões fundamentais.

A terminar, a resposta antecipada a duas outras críticas que antevejo, no que respeita à análise do caso português. Acusar-me-ão porventura de quase (ou aparentemente) ignorar neste texto a acção das «forças reaccionárias», e mesmo de mal me referir ao próprio Partido Socialista. Acusação oposta à que me foi dirigida quando publiquei *Pensar Portugal Hoje*, em que privilegiava — dizia-se — as estratégias da burguesia. A resposta é, afinal, idêntica, num e noutro caso: procurei, em ambos, focar as estratégias, e a acção delas decorrente, das classes (ou dos seus «agentes») colocadas, numa dada fase da luta de classes, em posição *politicamente dominante*. Antes do 25 de Abril, em particular no início dos anos 70, quando aquele ensaio foi escrito, interessava às classes trabalhadoras, sujeitas a violenta repressão e politicamente *condicionadas* na sua luta, conhecer as contradições no seio do inimigo, para delas tirar partido. No pós-25 de Abril, invertem-se as posições — mais acentuadamente depois do 11 de Março. Os trabalhadores encontram-se na ofensiva, abrem-se-lhes perspectivas políticas revolucionárias — a burguesia vai *reagir* essencialmente no campo económico, cujas rédeas continua a dominar. Sendo assim, consideramos determinante, no que em Portugal se passou desde o 25 de Abril, a acção das massas trabalhadoras, bem como a das organizações políticas que delas se reclamam como «vanguarda» — é neste campo, nos seus erros e contradições, que encontraremos explicação para o «levantar de cabeça» das forças reaccionárias, cuja acção foi, em termos de luta de classes, eminentemente *defensiva* até ao 25 de Novembro.

Outra crítica provável é a de que me colocaria na posição do observador externo que, por exemplo, fala dos governos que se seguiram ao 11 de Março como se nada tivesse que ver com eles. Ora, muito pelo contrário, é precisamente o facto

de ter pertencido ao IV Governo Provisório que me permite «autopsiar» a sua impotência e analisar por dentro do aparelho de Estado aqueles meses decisivos entre Março e Julho de 75. O que me envolve, automaticamente, e na medida da parcela de poder de que dispunha, em muitos dos «becos-sem-saída» a que sucessivamente se chegava. Quando muito, poderá argumentar-se que, se nessa altura eu fizesse a análise que hoje proponho, não faria sentido ter aceite tal participação. Aí estou de acordo, mas apenas em termos de «coerência pessoal», o que não é historicamente determinante. Quero com isso dizer que, não tendo consciência de ter prejudicado ou entravado o «processo», e tendo-a de que, fora do Governo, não teria passado de mais um entre tantos franco-atiradores, julgo, apesar de tudo, ter valido a pena.

Julho, 1976

CAPÍTULO I

QUE SOCIALISMO?

UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

ESTÃO mais que enterrados os inflamados discursos, os persistentes comunicados, os martelantes editoriais, artigos, declarações, entrevistas em que se buscava mobilizar os trabalhadores para as entusiásticas tarefas da «construção do socialismo». Nunca se chegou, finalmente, a saber que socialismo se entendia (quem?) construir. Que socialismo foi inscrito (por quem?) na própria Constituição.

Uma primeira tarefa que, em consequência, se nos depara é a de discutir, ainda que sem a profundidade desejada, a própria noção de socialismo. Talvez melhor, a de precisar, quanto possível, *de que* socialismo iremos tratar. Nem poderíamos começar por outro lado, já que, se vamos ocupar-nos da transição para o socialismo, não faria sentido deixar deliberadamente no vago o objecto mesmo de tal processo, quanto mais não fosse porque esse objecto condiciona necessariamente a fisionomia e as modalidades de transição: «Uma viagem de mil *li* começa no primeiro passo» (Mao Tsé-tung). E condiciona também algo de não menos importante, em que teremos de nos deter durante umas páginas, que é o famoso ritmo da transição.

Convém começar por recordar um ponto que os eruditos e não ratos militantes sabem de cor, se bem que de boa von-

tade o silêncio: as *práticas* (ou «modelos») que hoje se difundem, se discutem, ou se subentendem no que se refere a «socialismo», «transição para o socialismo», «construção do socialismo», «via X, Y ou Z, para o socialismo», «sociedade socialista», etc., só em muito escassa medida se podem fundar nos textos clássicos do marxismo, que sobre tais coisas são extremamente avarentos. Pois se neles não se encontra sequer uma teoria do socialismo, ou mais precisamente do «modo de produção socialista», muito menos seria de esperar que se aventurassem no domínio da prática, da «construção» da sociedade socialista. Em termos de teoria, porém, deve sublinhar-se que neles está *contido* (mas não explícito) o *essencial*, os elementos básicos que permitem caracterizar (com o rigor possível em ciências humanas), quer o estágio final — o comunismo —, quer o período de transição, quer o «modo de produção» que ao longo desse período vai ganhando predomínio sobre o(s) anterior(es). Porque dizemos «está *contido*»? Pela simples razão de que o modo de produção socialista se define pela negação/superação do modo de produção capitalista, sobre este incidindo o trabalho de análise de Marx e Engels. Isto é, ao *conhecer*, no mais forte sentido, o funcionamento real — para além das aparências — do sistema capitalista, *conhecem-se*, desde logo, os fundamentos teóricos do sistema que, partindo dele, o nega. E, naturalmente, poder-se-ão antever, em consequência, certas medidas práticas ou condições necessárias de arranque para a construção da sociedade socialista.

Isto ficará bem claro se atentarmos nos seguintes passos de dois textos de Engels: «[Num recente debate] todos os participantes, em lugar de imaginar a “sociedade socialista” como uma coisa que varia e progride continuamente, consideram-na como uma coisa fixa, estabelecida uma vez por todas, e que tem portanto de ter também um modo de repartição estabelecido uma vez por todas. Para ser razoável, pode-se apenas: primeiro, procurar descobrir o modo de repartição pelo qual se *começará*, e, segundo, tentar encontrar a *tendên-*

*cia geral do desenvolvimento ulterior» (OE-II, p. 533) ¹. E ainda: «[Em lugar das “soluções práticas” propostas por alguns socialistas para eliminar todos os males sociais] o socialismo prático consiste muito mais no conhecimento exacto do modo de produção capitalista em todos os seus aspectos» (OE-I, p. 678). Neste ponto, há que levantar uma certa imprecisão, que já terá sido notada no uso das palavras «socialismo» e «comunismo». Como se verá, a discussão dos termos está longe de ser meramente formal: ela vai introduzir-nos directamente no problema da transição. Com efeito, ao longo de toda a obra de Marx e Engels, nunca é clara a distinção entre os dois conceitos. Assim, por exemplo, no *Manifesto Comunista*, de 1848, o objectivo final da luta do proletariado, da revolução comunista, é uma sociedade que, «em lugar da antiga sociedade burguesa, com as suas classes e os seus antagonismos de classe, surge [como] uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos». Sem que assim seja expressamente designada, tal sociedade será, obviamente, a «sociedade comunista» já que, em todo o «Manifesto», o termo «socialista» é aplicado exclusivamente às teorias e movimentos adjectivados de «reaccionário», «conservador ou burguês» e «crítico-utópico». Mais tarde dirá Engels, no prefácio de 1890: «Quando foi publicado, poderíamos tê-lo intitulado “Manifesto Socialista”.» Simplesmente, «o socialismo significava em 1847 um movimento burguês e o comunismo um movimento operário», por isso «não podíamos hesitar um instante sobre a designação a adoptar». Ao longo das décadas seguintes, o desenvolvimento da concepção materialista da história dá um suporte teórico ao que passarão a designar de «socialismo científico» (por oposição a «socialismo utópico»), e aparecem várias referências, não muito numerosas de resto, a «sociedade socialista» (são, pelo contrário, muito frequentes expressões como «sociedade nova», «sociedade futura»), «modo de produção socialista», «relações*

¹ Para identificação das referências, ver Bibliografia no fim do livro.

de produção socialistas». O que não impede, porém, que no fim da sua obra, na «Crítica ao Programa de Gotha», Marx dê algumas precisões sobre a «sociedade comunista» e, em particular, distinga dois *momentos* dessa sociedade: um primeiro momento em que existirá uma «sociedade comunista não como se teria *desenvolvido* sobre as bases que lhe são próprias, mas, pelo contrário, tal como acaba de *sair* da sociedade capitalista; uma sociedade, por consequência, que, sob todos os aspectos, económico, moral, intelectual, é portadora ainda dos estigmas da sociedade de cujos flancos saiu»; e uma «fase superior da sociedade comunista, em que terão desaparecido a subordinação servil dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; em que o trabalho não será apenas um meio de subsistência, mas será ele próprio a primeira necessidade vital; em que, com o múltiplo desenvolvimento dos indivíduos, as forças produtivas terão também aumentado e em que todas as fontes da riqueza colectiva brotarão com abundância»; «só então o horizonte limitado do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras “de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades”». Entre o «Manifesto» (1848) e a «Crítica» (1875), temos, em 1850, a «Luta de Classes em França», onde Marx identifica «socialismo revolucionário» com «comunismo», dizendo que «este socialismo é a *declaração permanente da revolução, a ditadura de classe* do proletariado, como ponto de transição necessário para chegar à *supressão das diferenças de classe em geral*».

Estão pois bem patentes nestes textos pelo menos dois pontos muito importantes: que não estava na mente de Marx e Engels a existência, entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, de uma «sociedade socialista» bem definida e caracterizada como um «momento» identificável; que, pelo contrário, entre uma e outra haveria um período de transição em que prosseguiria a luta de classes, e que esta seria conduzida sob a ditadura do proletariado até ao momento final

da «fase superior do comunismo». Isto significa, e está expresso aliás no próprio «Manifesto», que o início da transição pressupõe a conquista do poder político, a constituição do proletariado em classe dominante.

Para além disto, teremos a consciência de que «as próprias medidas de transição terão, em toda a parte, de se adaptar às condições que aí existam nesse momento» (Engels, «A Questão do Alojamento»), a noção clara de que a sociedade «socialista» «terá de elaborar o plano de produção segundo os meios de produção disponíveis e em particular as forças de trabalho» (Engels, *Anti-Dühring*), a afirmação de que «o proletariado conquista o poder de Estado e transforma os meios de produção primeiro em propriedade de Estado» (Engels, «Socialismo Utópico, Socialismo Científico»), embora esta última formulação venha inexplicavelmente seguida da indicação de que, por esse acto, o proletariado se elimina enquanto classe, o que contrariaria a ideia mesma de transição². É, enfim, corolário da supressão das classes no estágio superior do comunismo, a noção de que o Estado, instrumento político de dominação de classe, *se extinguirá* no decurso do período de transição, só subsistindo finalmente a função de «administração das coisas», que se substituirá totalmente à de «governo dos homens» (expressão, de resto, já antes utilizada por Saint-Simon). Outras tantas pistas, sem dúvida fecundas, mas que são obviamente insuficientes para constituírem uma «teoria da transição».

A questão da transição — sobretudo do Estado na fase de transição —, e não propriamente a da «sociedade-objectivo», foi, aliás, juntamente com a da estratégia revolucionária, uma das que mais diferenciou as duas mais importantes correntes revolucionárias a partir das últimas décadas do século XIX: marxistas e anarquistas.

Lenine resume o debate do seguinte modo: «Não estamos minimamente em desacordo com os anarquistas quanto à abo-

² É curioso notar que, ao comentar este texto de Engels, em *O Estado e a Revolução*, Lenine omitte este ponto.

lição do Estado enquanto *objectivo*. Afirmamos que, para atingir esse fim, é necessário utilizar *provisoriamente* [sublinhado — J. M. P.] os instrumentos, os meios e os processos do poder de Estado *contra* os exploradores, assim como, para suprimir as classes, é indispensável estabelecer a ditadura provisória da classe oprimida.» Na mesma obra («O Estado e a Revolução»), Lenine concretiza também os três pontos que distinguem marxistas e anarquistas: contrariamente aos segundos, os primeiros afirmam a necessidade de uma fase de transição que conduza ao desaparecimento do Estado, a necessidade de destruição do velho aparelho de Estado pelo proletariado e sua *substituição por um novo*, inspirado no modelo da Comuna de Paris, e, finalmente, a de que o proletariado se prepare para a revolução utilizando o Estado moderno e não à margem dele.

É contudo útil, para a sequência da exposição, reter aqui a opinião de O. Anweiler, que vê em Proudhon e Bakunine os precursores teóricos, contra Marx, da ideia dos «conselhos» («soviete» é a palavra russa para «conselho»). «O ideal proudhoniano da autogestão fundada sobre associações de produtores, as quais serviriam ao mesmo tempo de suportes do novo poder de Estado, apresenta um inegável parentesco com a organização dos sovietes na base da fábrica e com a ideia de uma “democracia dos produtores” que lhe estava ligada» (SR, p. 8). Quanto a Bakunine, considera o mesmo autor que a sua «visão de *comités* revolucionários elegendo um conselho comunal e da organização piramidal da sociedade “pela livre federação, de baixo para cima, das associações operárias tanto industriais como agrícolas (...) primeiro na comuna; federação das comunas nas regiões, das regiões nas nações, das nações na Internacional Fraternal” é espantosamente próxima da estrutura que os conselhos russos deviam adoptar mais tarde, o que não deixa de justificar, pouco que seja, as suas pretensões à validade universal» (*idem*, p. 10). É, no entanto, de assinalar que, contrariamente ao individualismo proudhoniano e à sua ausência de perspectivas de acção (Proudhon é essencialmente um «literato», ou filósofo, neste sentido), Bakunine

é um colectivista, ainda que, obviamente, isso se entenda como um «colectivismo sem coacção» (II. Avron, *L'Anarchisme*, p. 55). É este aspecto da sua visão da sociedade futura — que o coloca no campo do *socialismo* ou *comunismo* libertário —, bem como o seu empenhamento na *acção revolucionária* tendo em vista a destruição do Estado capitalista, que levam Anweiler (e, como adiante veremos, também M. Liebman) a falar das «inclinações anarquistas» de Lenine em 1917, referindo-se a uma conexão de pensamento entre as duas correntes que, «durante algum tempo, mascarou os antagonismos fundamentais que as opunham»³. Ora estes antagonismos são sobretudo os que dizem respeito à combinação prática das duas primeiras divergências acima referidas, segundo Lenine: de facto, como se verá, foi pouco duradoura a inspiração da Comuna de Paris, subsistindo apenas aquilo que era inaceitável para os anarquistas — uma fase de transição conduzida por um Estado fortemente centralizado. A vida (como costumava dizer Lenine) encarregou-se de «pôr no seu lugar» a «usurpação da Comuna»

³ Com efeito, entre Março e Outubro de 17, Lenine identificou constantemente o «novo poder» que se desenvolvia paralelamente ao do Governo Provisório, o dos sovietes de operários, camponeses e soldados, como o embrião do futuro Estado de transição, um Estado do «tipo da Comuna de Paris» (ver, por exemplo, o texto «Da Dualidade de Poderes», 9 de Abril, *O-II 1*, p. 15): legitimidade vinda das massas, democracia directa com revogabilidade a todo o instante, ordem mantida pelo povo em armas, funcionários com salários não superiores ao de um operário médio. Mas mais do que isso, viu este «*poder único* no “Estado” como anunciador do “desaparecimento” progressivo de todo e qualquer Estado» (*O-II 1*, p. 51). E, quanto ao «colectivismo sem coacção»: não diz Lenine que «na primeira fase do comunismo não se pode pensar, sem cair na utopia, que, após ter destruído o capitalismo, os homens aprendam desde logo a trabalhar para a sociedade *sem normas jurídicas de qualquer espécie*» (*O-II 1*, p. 279), subentendendo, assim, que esse será o objectivo a atingir? Não precisa ele, mais adiante, que na fase superior do comunismo, pelo contrário, «os homens se terão habituado de tal modo a respeitar as regras fundamentais da vida em sociedade, e o seu trabalho ter-se-á tornado tão produtivo, que eles trabalharão voluntariamente *segundo as suas capacidades*» (*O-II 1*, p. 281)? Ultrapassado o «horizonte limitado do direito burguês», «a repartição não exigirá mais o racionamento pela sociedade dos produtos entregues a cada um; cada um levantá-los-á livremente *segundo as suas necessidades*» (*O-II 1*, p. 281). Não será isto — trabalhar voluntariamente, abster-se livremente, numa sociedade já detentora de todos os meios de produção — o «colectivismo sem coacção»?

que alguns, com certa dose de razão, atribuem ao Marx da *Guerra Civil em França*.

Assinale-se, por fim, que não é obra do acaso se nos últimos anos um novo «movimento libertário», ao nível das ideias mas também da prática social (de minorias intelectuais, na generalidade dos casos), principalmente após Maio de 68, se volta a inserir na linha que, vinda de Proudhon e Bakunine, passa pelos «conselhistas alemães» dos anos 20, integrando em parte Rosa Luxemburgo, pela Catalunha de 36, e hoje reúne, numa difusa identidade de pensamento, várias correntes autogestionárias e libertárias, algumas reclamando-se de um marxismo enriquecido modernamente por Mao e Guevara⁴. Não é, de facto, obra do acaso: resulta, acima de tudo, da degenerescência da Revolução Russa, em que não raros co-responsabilizam Lenine, atribuindo-lhe a «fase libertária» a puro oportunismo táctico.

Feito este parêntesis, que nos trouxe o contributo da componente «conselhista» (ou «soviética») do projecto anarquista ao pensamento socialista, estamos em melhor posição para retomar o estudo da evolução dos conceitos de socialismo e comunismo. Deve dizer-se que, nas décadas que precederam 1917, um acontecimento marcou o essencial do avanço teórico nesse campo (os soviets enquanto órgãos do poder proletário e camponês), ao mesmo tempo que impediu mais profundas elaborações: a revolução russa de 1905. E é compreensível que assim tenha sido. Por um lado, dentro da mesma óptica não utopista de que se reclamavam os marxistas, só a *revolução em acto*, a prática, poderia contribuir para precisar os conceitos teóricos relativos à sociedade futura. Mas, por outro lado, a questão fundamental colocada a partir de então aos movimentos revolucionários (e não só russo, pois a crise imperialista que conduziu à guerra de 14-18 já se desenhava clara-

⁴ Encontra-se uma excelente exposição destas ideias nos diálogos entre Sartre, Gavi e Victor, que constituem o livro *On a Reason de se Revolter* (tradução portuguesa *A Razão da Revolta*, Sá da Costa), bem como nas obras do grupo «Socialisme ou Barbarie», em particular as de Castoriadis.



mente, e com ela o previsível enfraquecimento global do sistema) era, directamente, a do poder. Todos os esforços se dirigiam no sentido de uma análise das condições para a conquista do poder, e das formas de acção prática consequentes. Veremos, mais adiante, os problemas que então dividiram o movimento socialista de inspiração marxista, em particular a diferente perspectiva relativamente ao encadeamento revolução democrática-revolução socialista. Em 1923, referindo-se a esse período, dirá Lenine: «Outrora fazíamos e devíamos fazer da luta política, da revolução, da conquista do poder, etc., o centro de gravidade» (*O-II* 2, p. 746). No que respeita a Lenine, aliás, é de acentuar que este último aspecto sobrelevou largamente o primeiro, se bem que, durante um certo período, em 1905-1906, ele já se tivesse referido com frequência aos sovietses como «o embrião do poder revolucionário», o que não o impedia de ver neles, principalmente, um magnífico instrumento de preparação para a conquista do poder. Também Trotsky, de resto, em vários escritos relativos a 1905, adere àquela visão do papel dos sovietses, chegando mesmo, em 1907, a antecipar os traços de uma futura «república soviética» após o «novo assalto da revolução» (*SR*, p. 110). É só com a verdadeira explosão popular, e com o reaparecimento, pleno de vitalidade, dos sovietses em Fevereiro de 17, que Lenine elabora os seus conceitos sobre o «Estado dos sovietses», que já atrás abordámos, e que se consubstancia na palavra de ordem «Todo o poder aos sovietses!» (só abandonada num curto período depois da pré-insurreição de Julho). Marcel Liebman, no seu excelente ensaio *Le Leninisme sous Lenine*, refere-se a esta fase do pensamento político de Lenine, que assumiu a sua expressão teórica mais clara em «O Estado e a Revolução», mas que lhe inspirou numerosos textos e discursos, pelo menos até ao início da guerra civil (Julho de 1918), da seguinte forma: «As iniciativas de “base” — criação dos sovietses, dos *comités* de fábrica, elaboração de reivindicações novas, por exemplo o controlo operário — tinham fornecido a Lenine não só a inspiração libertária das suas novas concepções, mas

também a orientação quase trotskista da sua estratégia revolucionária» (M. L. refere-se, neste segundo ponto, à controversa questão da «revolução permanente»). Quanto a essas «novas concepções», são as que, como vimos, dizem respeito ao poder de Estado (na fase de transição), à sua natureza e constituição fortemente democrática e participativa. É certo que, no que toca à concepção mesma — o que, por agora, nos ocupa — dos «estádios» ou etapas do caminho para o comunismo, Lenine se limita a subscrever, precisando um pouco, a análise de Marx da «Crítica ao Programa de Gotha» acima exposta: «A diferença científica entre socialismo e comunismo é clara. O que se chama vulgarmente socialismo, Marx chamou-lhe a “primeira” fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade *communis*, a palavra “comunismo” pode aplicar-se sob condição de não esquecer que *não é* o comunismo integral. [...] Em lugar de ficar por definições “imaginadas”, escolásticas ou artificiais, por estéreis questões de palavras (que é o socialismo? que é o comunismo?), Marx analisa o que se poderia chamar os graus de maturidade económica do comunismo.» Mas Lenine concretiza os princípios democráticos e igualitários que presidem a essa primeira fase da sociedade comunista: «Registo e controlo, aí está o *essencial*, quer para o “arranque”, quer para o funcionamento regular da sociedade comunista na sua *primeira fase*. Aí, *todos* os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado constituído pelos operários armados⁵. [...] Tudo está em que forneçam um esforço igual, observem exactamente a medida do trabalho e recebam um salário igual. O registo e o controlo neste domínio foram *sim-*

⁵ Noutro passo, Lenine repete praticamente as mesmas palavras, mas explicita que se trata do «Estado verdadeiramente democrático, o Estado dos sovietes de deputados operários e soldados», expressão que corresponde, actualizada, à que propusera em 1905: «Ditadura democrática revolucionária dos operários e camponeses», e que retomara logo após a Revolução de Fevereiro (ver, por exemplo, «Cartas de Longe — 5.ª Carta» — CO, p. 24), mas em que a palavra «democrática» já perdeu o sentido inicial, de 1905 (ver discussão desta questão no Cap. II, pp. 145-149).

plificados em extremo pelo capitalismo, que os reduziu às mais simples operações de fiscalização e de inscrição, e à entrega de recibos correspondentes, tudo coisas ao alcance de quem quer que saiba ler e escrever e conheça as quatro regras da aritmética.» Começa aqui a desenhar-se a noção de que a «sociedade socialista» é, essencialmente, um capitalismo de Estado⁶, que não é propriamente «capitalismo» na medida em que se trata de um Estado «operário e camponês», de uma «democracia para a imensa maioria do povo, com exclusão dos exploradores, dos opressores do povo».

Pela mesma época (Setembro de 1917), no opúsculo «Os Bolcheviques Manterão o Poder?», Lenine exemplificava a ocupação de uma casa de família rica por um destacamento de milícia operária, no futuro Estado revolucionário, dizendo: «Nós temos um meio admirável para *decuplicar* o nosso mecanismo de Estado — um meio de que nunca dispôs nem poderá dispor nenhum Estado capitalista. Este milagre é a participação dos trabalhadores, a participação dos pobres na tarefa quotidiana da administração» (RB, p. 15). E concluía: «Administrando o Estado *desta maneira*, podemos assegurar-nos um mecanismo de Estado de dez milhões, se não de vinte milhões de homens, um mecanismo que nunca se viu em nenhum Estado capitalista» (RB, p. 17). Esta visão, afinal ainda utópica, e por isso mesmo extremamente simplificada, surge igualmente ao abordar, no mesmo texto (e em outros da mesma época, como «A Catástrofe Iminente»), a questão da parte imediatamente utilizável do aparelho capitalista, e que não deverá ser destruída. Por exemplo, sobre o papel dos bancos: «*Sem os grandes bancos o socialismo seria irrealizável*. Os grandes bancos são o “aparelho de Estado” que nos é *necessário* para a realização do socialismo, que nós *tomamos pronto a usar* ao capitalismo. [...] Um único (o maior possível) banco de

⁶ Em «A Catástrofe Iminente» (Setembro 17), Lenine dizia cruamente: «O socialismo não é mais do que o monopólio capitalista de Estado *posto ao serviço de todo o povo* e que, por isso mesmo, *deixou de ser* um monopólio capitalista.»

Estado com um ramo em cada distrito, em cada fábrica — isso já constituirá nove décimos do aparelho *socialista*.»

Através destas inúmeras, mas indispensáveis (se não mesmo insuficientes) citações, aparece claramente a «tensão» que subsistia nas ideias leninistas, pouco antes da revolução vitoriosa, entre *poder de Estado* e *poder das massas* na sociedade de transição. Acresce ainda o facto, que em nada contribuíra para esclarecer teoricamente a problemática do socialismo, de se ter presente — na sequência das concepções bastante afins de Lenine e Trotsky sobre a «revolução permanente» — que ao novo poder cuja conquista então se preparava estavam confiadas tarefas tradicionalmente atribuídas à revolução democrática burguesa. Isto é, antes de iniciar a «construção do socialismo», o proletariado teria de se apoiar na aliança com os camponeses (mais precisamente com a pequena-burguesia camponesa) para destruir as bases do poder autocrático derrubado em Fevereiro, mas estando desde logo consciente de que *não poderia* ficar a meio caminho e, portanto, havia que lançar os fundamentos da sua subsequente ditadura de classe e do arranque para o socialismo. As condições em que este processo decorreria eram, naturalmente, de difícil previsão, e não só a nível interno: a revolução na Europa industrializada era considerada uma condição *indispensável* para o triunfo do socialismo na Rússia⁷, onde as *bases materiais* da sua edificação eram reconhecidamente insuficientes.

Surge, assim, uma nova fase de transição para o socialismo, sendo este, ele próprio, uma transição para o comunismo. É óbvio que só a prática poderia ir destrinçar todas estas fórmulas, úteis para o combate político, mas naturalmente «imperfeitas» no plano teórico. Um bom exemplo é-nos dado na questão do controlo operário. Em Maio de 1917 dizia Lenine: «O meio para evitar uma catástrofe [económica] é estabelecer um controlo operário sobre a produção e distribuição de

⁷ Não apenas por Trotsky: muitas passagens de Lenine revelam nele idêntica convicção.

bens.» Em 1918, Osinsky, dirigente do Conselho Superior de Economia Nacional, reconhecia, porém: «Se se perguntar como concebia o nosso partido antes de 25 de Outubro o sistema do controlo operário como um todo e na base de que ordem económica o pretendíamos instituir, não encontraremos resposta clara em parte alguma.» E nem por isso a palavra de ordem de «controlo operário» deixara de ser um dos leit motiv constantes do Partido Bolchevique durante todo o período que antecedeu a tomada do poder, e nos meses seguintes.

Em Outubro de 1917 entra-se pois na grande aprendizagem prática da marcha para o socialismo. Em Janeiro de 1918, dirigindo-se ao III Congresso dos Sovietes, Lenine afirma: «[A construção do socialismo] é um empreendimento novo, ainda inédito na História; os livros não nos ensinarão nada sobre isso.» Rosa Luxemburgo retomará este tema em Setembro de 1918, a propósito da Revolução Russa: «Nós sabemos grosseiramente o que temos de suprimir desde logo para abrir a via para uma economia socialista; mas, em contrapartida, a natureza das mil medidas concretas e práticas, pequenas e grandes que será necessário tomar para introduzir os princípios socialistas na economia, no direito, em todas as relações sociais, não está consignada em nenhum programa de partido socialista, em nenhum manual socialista. Não é uma lacuna, mas precisamente a vantagem do socialismo científico sobre o socialismo utópico. O sistema socialista não pode nem deve ser outra coisa senão um produto histórico, saído da escola mesma da experiência, no momento da sua realização, da história viva em acto» (RR, p. 83).

Valerá talvez a pena, neste momento, ao chegarmos à fase em que enfim prática e teoria se vão confrontar, fazer um ponto de quais eram, no limiar dessa nova experiência histórica, os «princípios socialistas» de que fala Rosa Luxemburgo. Para isso, há que voltar, afinal, à noção básica inicial socialismo = negação do capitalismo. E se não vejamos: à propriedade privada dos meios de produção e à disposição anár-

quica deles por parte dos seus possuidores, no capitalismo, opor-se-á, no socialismo, a propriedade colectiva dos meios de produção, a sua *socialização*, a noção de *plano* ou de *organização colectiva da produção*⁸; à produção tendo em vista o *lucro*, à criação de *valores de troca*, à «invenção» das *necessidades rentáveis*, à *mercantilização* de todas as relações em termos de dinheiro (a *forma* mais opaca do capital, encobridor mitificado das relações sociais reais), contrapõe o socialismo o primado dos *valores de uso*, a produção em função das *necessidades reais*, a *desmercantilização* das relações, o desaparecimento do dinheiro, em última análise; à *exploração*, à venda da força de trabalho, à *relação salarial* — a noção de trabalho como *necessidade vital*, como *serviço colectivo* voluntário; à divisão social estanque entre *trabalho manual* e *trabalho intelectual* (com uma sobrevalorização ideológica deste, reservado às *élites* sociais), reprodutora da sociedade de classes e do modo de produção — uma atenuação gradual dessa diferenciação até ao limite em que o trabalho de cada indivíduo «contenha» as duas componentes, bem como uma actividade dos tempos livres cada vez socialmente mais relevante; à oposição constante *cidade-campo*, com uma crescente acumulação de capital e de força de trabalho na primeira à custa do segundo, com uma *urbanização* desenfreada, inclusive em termos ideológicos (a «ruralidade» tende a ser identificada a «atraso» económico, cultural, etc.) — um reequilíbrio económico e social, uma interpenetração cultural que fará de todo o indivíduo um *participante activo e igual* da nova sociedade, seja

⁸ E. Levine, «conselhist» alemão, escreveu em 1918: «No seu breve artigo "A Questão da Socialização antes e depois da Revolução", Karl Korsch começa por afirmar que a social-democracia [os partidos marxistas, J. M. P.] nunca desenvolveu uma noção minimamente clara sobre a "socialização dos meios de produção" reivindicada pelo marxismo. Só se dispunha da concepção pouco clara de uma "estatização", ou a de uma "socialização" concebida como uma economia cooperativa» (in COA, p. 211). Não dizia Lenine em 1905: «A sociedade socialista é uma vasta cooperativa de consumo, em que a produção é racionalmente organizada tendo em vista o consumo»? Adiante veremos como esta noção se foi precisando, por distinção entre propriedade (jurídica) e apropriação (social). Até aqui os dois termos eram aplicados indiferentemente.

qual for o sector ou a região onde viva, enfim uma larga *descentralização* com a consequente autonomia dos *colectivos* regionais e locais; à *separação* dos produtores (trabalhadores) dos meios de produção e do produto do seu trabalho — uma *colectivização*, isto é, um controlo/gestão pelos produtores de acordo com os objectivos da colectividade, por eles próprios definidos a todos os níveis, uma não submissão do homem à máquina e a um mercado anónimo, mas sim uma submissão da máquina (em última análise, da natureza) ao homem, *uma apropriação por este do sentido colectivo da sua actividade*; no domínio ideológico, a uma exaltação permanente da concorrência, da competição, da iniciativa privada, do triunfo dos mais capazes, dos mais diligentes, dos mais empreendedores⁹, do interesse individual, etc. — uma exaltação do *colectivo*, do sentido de *cooperação*, da *criatividade* das massas, da *solidariedade*; à democracia política formal, ao sistema «representativo» com periódica delegação de poderes por sufrágio secreto em «*élites* políticas», que, entre cada dois sufrágios, necessariamente trairão as massas (pois, na realidade, são representantes da classe dominante, a detentora «oficial» da educação e da «cultura política», e não das massas trabalhadoras), sistema que tendencialmente melhor se adequa ao funcionamento e à ideologia do capitalismo — a *democracia de massas*, a participação colectiva, a permanente responsabilização dos «delegados» eleitos a qualquer nível, a sua revogabilidade «a todo o momento», sobretudo a noção de «administração» em lugar da de «governo»¹⁰; à *ordem mantida por aparelhos*

⁹ Triunfo naturalmente medido em termos económicos e monetários, de «enriquecimento individual»: as origens longínquas desta «ideologia capitalista» vai Max Weber buscá-las à teoria calvinista da predestinação, o que explicaria o muito mais rápido avanço e consolidação do capitalismo nos países anglo-saxões protestantes do que naqueles que se mantiveram «fideis» ao catolicismo romano (ver *L'Éthique Protestante et l'Esprit du Capitalisme*).

¹⁰ «Em regime socialista, muitos aspectos da democracia "primitiva" reviverão necessariamente, pois, pela primeira vez na história das sociedades civilizadas, a massa da população elevar-se-á a uma participação *autónoma*, não apenas nos votos e nas eleições, mas na *administração quotidiana*. Em regime socialista, *todos* governarão rotativamente e depressa se habituarão a que ninguém governe» (*O-II* 1, p. 304).

próprios do Estado, militares e policiais, supostamente neutros politicamente, a *ordem assumida* colectivamente, assegurada por milícias de «trabalhadores armados» durante a «fase de transição», e finalmente dispensáveis na «fase superior do comunismo», quando o *consenso* das «regras sociais» tenha substituído o «direito burguês». Resumindo: à sociedade da anarquia, do desperdício, da desigualdade social, da repressão, opõe-se a da criação e da utilidade colectivas, a da liberdade, a da igualdade.

Para além destes «princípios socialistas», todos eles *contidos*, afinal, na análise marxista do modo de produção capitalista, e que no essencial definiam as futuras «relações de produção socialistas», existia, como vimos, entre os marxistas, a noção de etapas, mais ou menos imprecisamente determinadas: a revolução democrática (já concluída nos países capitalistas avançados, mas que, naqueles em que a própria burguesia era fraca, teria, ela própria, de ser conduzida — ou concluída — pelo proletariado, arrastando com ele vastas camadas não proletárias, principalmente da pequena-burguesia camponesa), a revolução socialista ou «arrancada para a construção do socialismo», o socialismo (vagamente definido como o «momento ou período da inversão», em que, concluída a colectivização dos meios de produção, desenvolvidos estes até constituir uma «base material suficiente», e tornadas dominantes as relações de produção socialistas, se pode «arrancar para o comunismo» praticamente por simples acumulação adicional de forças produtivas) e enfim o comunismo, ainda distante algumas gerações.

A PROVA DA PRÁTICA

Importaria que nos dedicássemos agora à ambiciosa tarefa de identificar, nos movimentos revolucionários que se sucederam (e não apenas nos que triunfaram) desde 1917 até hoje e que do socialismo se reclamaram, os contributos que

deram à teoria do socialismo e da fase de transição, ou, por outras palavras, a medida em que tais contributos, fundados na prática, vieram precisar, alargar ou alterar os «princípios socialistas» acima expostos. Isso constituiria, porém, só por si, um vastíssimo projecto de investigação, fora do alcance do presente texto, e do tempo em que houve que elaborá-lo. Nem por isso, contudo, podemos deixar de examinar a questão com algum cuidado, limitando embora o número de «casos» e a profundidade da análise.

O enorme desafio que a prática lançou aos «constructores do socialismo» foi, como é geralmente conhecido, o de ter de iniciar essa batalha em sociedades que, sem excepção, estavam longe de ter levado ao extremo das suas contradições o processo de desenvolvimento capitalista. «Nesses países, o capitalismo já se desenvolveu suficientemente para fazer sentir de uma forma ou de outra os seus efeitos sobre o povo, mas não são as suas próprias contradições que, no fim de contas, fazem explodir o sistema. A luta de libertação contra o opressor estrangeiro, a miséria provocada por acidentes exteriores como a guerra, que tem como consequência fazer pesar ainda mais a opressão das classes privilegiadas sobre os explorados, os movimentos de libertação destinados a abater os regimes neocolonialistas, são factores que desencadeiam habitualmente o processo revolucionário. A acção consciente faz o resto» (Guevara, *SH*, p. 92). O mesmo é dizer, afinal, que na origem dos processos revolucionários não estão as contradições do sistema a nível *nacional*, mas contradições a nível *mundial*, que, em certos países e momentos, geram situações regionais de crise que não encontram possibilidade de solução por parte das fracas burguesias locais. Assim sucedeu na Rússia em 17, e mais tarde na China, em Cuba, no Vietname. Outros exemplos de situações revolucionárias, ou pré-revolucionárias, umas violentamente abortadas, outras falhadas ou desvirtuadas a mais ou menos curto prazo, mas todas tendo trazido alguns ensinamentos mais ou menos importantes: o curto episódio da Hungria em 1919, a Alemanha 1919-1923, a Espanha

de 36, e, depois da Segunda Guerra Mundial, a Jugoslávia, a Argélia e, enfim, o Chile e Portugal ¹¹. A importância dos dois últimos casos é, justamente, a de serem os primeiros países «relativamente industrializados» onde se colocaram, a nível global e durante um período significativo, problemas típicos das fases pré-revolucionárias. Este simples facto, mas de pesadas consequências, da localização dos focos revolucionários em países escassamente desenvolvidos levantou o problema fundamental da «base material para a construção do socialismo» — não existente à partida, contrariamente ao que teria sucedido em países de capitalismo avançado — e, sobretudo, pôs em grande evidência o papel a desempenhar pelos camponeses no processo, logo, a questão das alianças de classe operário-camponesas — já que, em todos aqueles países, a agricultura constituía o sector económico vital. A conjugação destas duas questões consubstanciou-se nos problemas do «ritmo» do processo revolucionário e da «estratégia de desenvolvimento» a adoptar, na realidade duas formas de encarar a mesma contradição. Vejamos de que contradição se trata (e estaremos, de facto, no centro do «grande debate» soviético sobre a industrialização iniciado em 1924).

Ao falar-se da base material para a construção do socialismo está-se, naturalmente, a enunciar a *necessidade* do desenvolvimento económico, no pressuposto de que não pode haver socialismo na miséria. Retoma-se, pois, a ideia de que se só haverá comunismo na abundância generalizada, que permita a cada um «levantar» os produtos resultantes da produção social segundo as suas necessidades, também só se poderá falar de socialismo a partir do momento em que se tenha produzido uma acumulação suficiente para que todo o trabalhador, su-

¹¹ Não incluímos no rol, deliberadamente, os países da Europa de Leste, na medida em que dificilmente se pode falar de «processos revolucionários» em tais casos. A «revolução» na maioria desses países, do mesmo modo que a «não revolução» na Europa Ocidental, resultou muito mais de uma partilha «programada» da Europa em zonas de influência após a Segunda Guerra Mundial do que de crises revolucionárias internas, e consistiu essencialmente numa cópia fiel, com uma ou outra adaptação de pormenor, do figurino estalinista.

jeito embora ainda a uma *distribuição* em função do seu trabalho, esteja assegurado da satisfação das suas principais necessidades (não só de subsistência, mas de saúde, de educação, de habitação, culturais, etc.). Nunca ninguém definiu qual seria esse nível de satisfação, nem parece que isso fosse fundamental. O essencial estava na noção clara de que «atrarcar para o socialismo» era, necessariamente, iniciar um processo de desenvolvimento económico, de acumulação de forças produtivas, e que sem essa *condição* preenchida (um certo nível de «riqueza social») não haveria socialismo. Tratando-se, como vimos, de sociedades ainda eminentemente agrícolas (e, quase sempre, em que nem sequer as relações capitalistas eram dominantes nos campos), e admitindo-se que uma taxa de rápida acumulação só é possível por meio de uma industrialização acelerada, a contradição ressalta com toda a evidência: ou se opta por uma industrialização tão rápida quanto o permitam os excedentes extraídos à agricultura (Preobrajensky chega a empregar a expressão «exploração»), pondo-se em causa a adesão dos camponeses, os «financiadores» forçados do processo, à obra revolucionária — o que a pode ameaçar seriamente em países em que o proletariado industrial é fortemente minoritário; ou se opta por uma sólida aliança operário-camponesa, com as indispensáveis concessões ao campo (não só económicas, mas também políticas dada a ideologia individualista generalizada entre os camponeses), e então é o próprio processo de industrialização que pode ficar ameaçado ou muito retardado, e com ele adiado por décadas o momento em que se atingirão as «bases materiais do socialismo». A história dos dez primeiros anos da Revolução Russa é, em grande parte, a história deste debate e da forma como evoluíram as relações entre os bolcheviques e os largos milhões de camponeses russos. A «solução final» dada por Estaline em 1929, com a colectivização forçada da agricultura e o impulso em consequência dado ao lançamento planificado de uma grande indústria pesada, marcou profundamente o movimento comunista internacional, e acabou por fornecer um «modelo» não só de «tran-

sição para o socialismo» como, o que por agora mais nos diz respeito, para a própria «ideia» de socialismo¹². É essa «ideia» que permite que se diga, na 3.^a edição (de 1959, já «desestalinizada», portanto) do *Manual de Economia Política da Academia das Ciências da U. R. S. S.*: «Como resultado do II Plano Quinquenal [em 1936 — J. M. P.], o socialismo na U. R. S. S. foi edificado no fundamental.» E, muito mais recentemente, na obra de Constantin Zarodov *Le Leninisme et le Passage du Capitalisme au Socialisme*, dão-se ainda mais algumas datas: «Na União Soviética os fundamentos do socialismo estavam assentes cerca de 1936, tinham pois sido necessários vinte anos. Na Europa, onde existiam condições mais favoráveis e graças ao apoio da U. R. S. S., o período transitório foi mais curto. Acabou-se em 1958 na Bulgária, cerca de 1960 na Checoslováquia e Roménia, e em 1962 na R. D. A.» Esta espantosa precisão implica, de facto, que se disponha de um critério, ou conjunto de critérios, que definam rigorosamente o socialismo ou, para usar as expressões empregues naquelas citações, *o que nele é fundamental*. Aquele mesmo manual responde, citando uma resolução do XVIII Congresso do P. C. da U. R. S. S. (1954): «Como resultado do vitorioso cumprimento do II Plano Quinquenal [...] foi resolvida a tarefa histórica fundamental do segundo quinquénio — foram definitivamente liquidadas todas

¹² É importante recordar que o problema do campesinato não estivera ausente das análises dos «clássicos» marxistas, se bem que não constituísse sua preocupação central, certos que estavam de vir a produzir-se a revolução em primeiro lugar nos países mais industrializados. Sem dúvida que, para eles, o socialismo implicava uma agricultura colectivizada, com vastas unidades de produção, mas, numa passagem várias vezes citada por Lenine, dizia Engels (in «A Questão Camponesa em França e na Alemanha»): «É óbvio que quando obtivermos o poder de Estado não pensaremos em expropriar compulsivamente o pequeno camponês (com ou sem indemnização, não importa), como o teremos de fazer com os grandes proprietários. A nossa tarefa em relação aos pequenos camponeses consistirá antes de tudo em transformar a sua produção e propriedade privadas em produção e propriedade colectivas — contudo, não por meios repressivos, mas pelo método do exemplo, e oferecendo-lhes apoio social para esse fim» (*OE-II*, p. 476). Sobre a questão camponesa em Marx e Engels, é útil a leitura da nota «Marx, Engels and the Peasant», em E. H. Carr, *The Bolshevik Revolution 1917-1923*, vol. II.

as classes exploradoras, plenamente eliminadas as causas que engendram a exploração do homem pelo homem e a divisão da sociedade em exploradores e explorados. Foi resolvida a tarefa mais difícil da revolução socialista: concluída a colectivização da agricultura, o regime kolkhosiano fortaleceu-se definitivamente.» E acrescenta: «A questão “quem vencerá quem?” foi solucionada a favor do socialismo, tanto na cidade como no campo.» Através deste evidente triunfalismo, em que as soluções e vitórias aparecem todas como «plenas» e «definitivas», surge com não menos clareza a resposta à questão posta: o *fundamental* no socialismo, fundamental no sentido em que marca uma situação de não retorno (ver última citação), é a «propriedade colectiva dos meios de produção»¹³. O esquema é então bastante simples: socialismo = partido operário no poder + propriedade colectiva dos meios de produção + plano + grande indústria pesada. As duas primeiras parcelas são as «bases», as duas últimas são um meio e um resultado facultados pela conjugação das duas primeiras¹⁴. Admite-se que esta combinação, só por si, gera as relações de produção socialistas. É este esquema que, logicamente, leva Kruchtchev, em 1961 (XXI Congresso), a declarar peremptoriamente: «É natural que, no momento em que o *socialismo triunfou no nosso país inteira e definitivamente*, e em que nós

¹³ Com efeito, as datas indicadas por Zarodov para os outros «países socialistas» são aquelas em que nesses países se concluiu a estatização-colectivização dos meios de produção. Não é por acaso que não se cita a Polónia, onde, em 1972, 80,7 por cento das terras aráveis eram exploradas por pequenos agricultores privados, segundo indica o livro *Pologne-Manuel* (Varsóvia 1974). Na mesma obra, aliás, não se revela idêntico triunfalismo: fala-se, por exemplo, das «tradições sociais ainda vivazes do capitalismo, com as numerosas dificuldades que enfrenta o desenvolvimento socialista em todos os domínios da vida, com a diferenciação ainda grande da sociedade sob os pontos de vista intelectual, ideológico e material».

¹⁴ Não é outra, de forma mais elaborada, a definição do manual: «Socialismo é o regime baseado na propriedade social dos meios de produção (estatal — de todo o povo — e cooperativa), no qual está aniquilada a exploração do homem pelo homem, planificadamente se realiza a ininterrupta ampliação da produção, na base da técnica superior, com o objectivo da firme elevação do bem-estar popular, e em que se aplica o princípio: de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho» (sublinhado — J. M. P.).

entrámos na construção em grande do comunismo, tenham desaparecido as condições que haviam tornado necessária a ditadura do proletariado, logo as tarefas interiores dessa ditadura do proletariado.» Esta perspectiva mantém-se ainda hoje. Na obra referida, de 1973, Zarodov confirma: «Actualmente, a União Soviética encontra-se na etapa da construção em pleno da sociedade comunista» (p. 343). Trata-se, obviamente, de uma concepção profundamente economicista do socialismo, como de resto se pode sem dificuldade concluir da definição do manual citada na nota 14 da página anterior. Onde está a grande maioria dos princípios socialistas que acima discriminámos? Onde está a participação e a criatividade das massas, onde o gradual desaparecimento da ideologia capitalista, do espírito de competição, do interesse material? Onde está a apropriação real pelos trabalhadores dos meios de produção e do produto do seu trabalho (o que está longe de coincidir com a propriedade jurídica, para a qual basta um decreto)? Onde o esbatimento da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual? Onde a «desmercantilização» da vida colectiva, das relações entre os homens? Sobre este último ponto não se pode ser mais explícito do que o já várias vezes citado Zarodov: ao referir-se às reformas propostas na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1960, tendo em vista os «novos traços da evolução da sociedade socialista avançada», diz que «as reformas implicam o aperfeiçoamento da planificação centralizada, a passagem à autonomia financeira no quadro do Plano, uma maior independência das empresas, a passagem a uma planificação baseada no cálculo económico, o *alargamento da esfera das relações monetárias e mercantis socialistas, um papel acrescido do interesse material, etc.*» (sublinhado — J. M. P.). Parece estar-se nos antípodas do que escrevia Lenine no seu projecto para o Programa do Partido Bolchevique, de 1919, quando dizia: «É impossível suprimir a moeda desde os primeiros tempos da passagem do capitalismo ao comunismo. [...] Na luta contra esta sobrevivência da rapina burguesa, a naciona-

lização dos bancos não chega. O P. C. esforçar-se-á por tomar tão rapidamente quanto possível as medidas mais radicais para preparar a supressão da moeda [...].»¹⁵ E também Preobrajensky, já com a N. E. P. em curso, em 1922, imaginava como, em 1970, um economista soviético descreveria retrospectivamente a construção do socialismo: «Quanto ao sistema monetário, revelou-se de uma grande vitalidade não só no primeiro dos períodos estudados, isto é, enquanto as relações socialistas e capitalistas coexistiam na economia, mas também no segundo período, quando o socialismo se começou a impor em toda a linha.» No entanto, «a supressão da moeda é, de um modo geral, inevitável na sociedade comunista». Nesse sentido, «ainda que a produção da indústria e da agricultura tenha aumentado de ano para ano, as transacções monetárias foram-se restringindo pouco a pouco devido à diminuição do campo dos pagamentos em moeda» (*De la N. E. P. au Socialisme*, pp. 95 e 97). Imagine-se, pois, o espanto com que Lenine e Preobrajensky teriam lido aquela passagem de Zarodov!

É altura de voltar aos primeiros tempos da Revolução Russa. Com efeito, é nesses primeiros anos que, sem dúvida, se encontram os mais importantes contributos para a teoria do socialismo e do comunismo, a partir das experiências tentadas ou efectuadas, das numerosas discussões havidas. Não se pode esquecer as condições terríveis em que tal prática se exerceu, sobretudo a partir de Junho de 1918, com uma guerra em várias frentes contra o inimigo interno e externo, até fins de 1920. Mas, mesmo nessa fase, as soluções adoptadas para minimamente organizar uma economia de guerra foram notavelmente distintas das que usualmente vigoram em tais situações nos países capitalistas. Se é certo que muitas medidas

¹⁵ É certo que, em 1919, se está na fase do «comunismo de guerra», caracterizado por um considerável voluntarismo, que via em muitas das medidas que houve que tomar para enfrentar uma situação dramática em plena guerra civil a passagem directa ao comunismo. Mas justamente Lenine terá sido o menos atingido por essa «ilusão», e a primeira frase citada é, de qualquer modo, o enunciado *a contrario* do um princípio que fazia parte, desde Marx, da concepção teórica da sociedade comunista: a ausência de trocas mercantis na sociedade comunista.

impostas pela necessidade acabaram por ser «recuperadas ideologicamente» como sendo já as primeiras pedras do edifício comunista — o que a dura realidade veio depois desmentir —, não é menos certo que elas forneceram uma imagem de como os dirigentes bolcheviques concebiam o seu objectivo final, só que muito mais distante do que na altura pretendiam a si próprios convencer-se. Nos primeiros meses após Outubro, o tom geral é o da grande mobilização de massas, o da imensa confiança nos «órgãos de poder» de que as próprias massas se haviam sabido dotar — os soviets, a nível político; os *comités* de fábrica, a nível da produção —, a consciência clara de que a conquista do poder político é uma simples condição, ainda que essencial, mas que a luta de classes, nos seus múltiplos planos, se limitou a entrar numa nova e aguda fase, para enfrentar a qual as escassas forças (à escala do imenso país) do Partido Bolchevique se têm *necessariamente* de apoiar na acção das massas, tentando, é certo, imprimir-lhe a direcção política indispensável. As múltiplas declarações de Lenine nesse período são o corolário imediato daquelas posições a que acima aludimos como «leninismo libertário». É o que Victor Serge, que assistiu e participou nos acontecimentos, exprime do seguinte modo: «A política do partido nesse período consiste sobretudo em despertar, estimular, guiar por vezes, ratificar mais frequentemente, a iniciativa das massas. Prescreve, por decreto, aos comissários do povo, trabalhar “em contacto estreito com as organizações de massa dos operários, das operárias, dos marinheiros, dos soldados, dos empregados”» (*L'An I de la Revolution Russe*, vol. I, p. 99). E explicita com alguns exemplos: dois decretos de 28 de Outubro (10 de Novembro, segundo o nosso calendário) entregam «às municipalidades o cuidado de prover ao abastecimento local» e o «de resolver a crise do alojamento pelos seus próprios meios, dando-lhes o direito de requisitar, sequestrar e confiscar imóveis» (*idem*, p. 100). Também «o Decreto de 14 de Novembro [o famoso decreto sobre “controlo operário” — J. M. P.] convida os operários a controlar por si pró-

prios, através dos seus *comités*, a produção, os negócios, a situação financeira das empresas. Já sabemos, por outro lado, que o decreto sobre a terra deixava a mais larga iniciativa aos soviets rurais» (*idem, idem*). Poder-se-iam multiplicar os exemplos, nos mais variados domínios, de «tomada do poder pelas massas». E Lenine? Ao II Congresso dos Sovietes, no momento mesmo da conquista do poder: «Devemos deixar plena liberdade ao génio criador das massas populares.» Pouco depois, no Executivo Pan-Russo dos Sovietes, afirma: «A iniciativa criadora das massas, tal é o factor fundamental da nova sociedade. [...] O socialismo não é o resultado de decretos vindos de cima. [...] O socialismo vivo, criador, é obra das próprias massas populares.» Em Janeiro de 18, no artigo «Como Organizar a Emulação» (ver *I-II*, p. 18), volta a inspirar-se da Comuna de Paris, «belo exemplo de iniciativa, de independência, de liberdade de movimento, de desenvolvimento de energia vinda de baixo, tudo isto combinado com um centralismo livremente consentido, estranho a modelos estereotipados», para afirmar: «Hoje, uma das tarefas mais importantes, se não a mais importante, é a de desenvolver tão largamente quanto possível esta livre iniciativa dos operários, de todos os trabalhadores e de todos os explorados em geral, no seu trabalho criador em matéria de organização.» Poderá discutir-se até ao infinito em que medida eram profundas estas convicções de Lenine e dos principais dirigentes bolcheviques, ou se não se terá tratado antes de uma «manobra tática» destinada a obter um vasto apoio de massas para a conquista do poder, primeiro, e, depois, para levar a cabo a tarefa de destruição total da ordem aristocrática e burguesa enquanto o próprio partido não tinha meios para o fazer (e melhor, certamente, do que qualquer aparelho o pudesse ter feito). Entre numerosíssimos comentadores e analistas políticos, basta-nos referir, dos mais recentes, Maurice Brinton, em *Os Bolcheviques e o Controlo Operário*, como defensor acérrimo da segunda tese, e Charles Bettelheim, em *Les Luttes de Classes en U. R. S. S. — 1917-1923*, como partidário da primeira. Lenine

era, sem dúvida, um espírito fortemente centralizador, e isso é manifesto desde muito antes de 1917, mas também é certo que a experiência prática de 1917 (antes e depois da tomada do poder) não poderia deixar de ter introduzido novos elementos no seu pensamento, e entre eles necessariamente os que respeitavam à relação partido-massas, radicalmente distinta, em tal situação, da que impunha a acção clandestina. Daí que Bettelheim se dedique a escalpelizar todas as suas afirmações que, na fase do comunismo de guerra e na imediatamente seguinte, levam a admitir que todos os «recuos» então verificados (quer no que respeita ao cada vez maior controlo «autoritário» pelo aparelho do partido, quer quanto às enormes concessões aos mecanismos capitalistas na primeira fase da N. E. P.) eram por ele conscientemente assumidos como tal, face a condições específicas da própria luta de classes, mas destinados a permitir mais tarde novos avanços, retomando a linha interrompida em 1918.

Não nos cabe aqui alimentar mais tal discussão, daquelas que, em qualquer caso, nunca poderão chegar a conclusões definitivas. Importa-nos apenas relevar o que, para o nosso objectivo, é de fundamental importância: a ideia de que *não há socialismo sem iniciativa das massas, sem o seu poder criador*. Mas, já vimos também, que, sendo o socialismo, ele mesmo, no mais lato sentido, uma fase mais ou menos prolongada de transição entre o capitalismo e o comunismo, durante a qual sobrevivem a ideologia e as relações de produção capitalistas, e portanto a luta de classes, mantém-se a necessidade de um poder de Estado¹⁶. O problema essencial da construção socialista é, então, o da articulação desse poder com a iniciativa e a participação das massas. O socialismo será,

¹⁶ É, no fim de contas, sinteticamente, a questão do «centralismo democrático», tomada esta expressão no seu sentido mais amplo. Que «dose» de centralismo (partido, Estado)? Que «dose» de democracia (discussão, iniciativa, participação)? Stuart Schramm expõe sumariamente as diferenças de concepção sobre centralismo democrático em Lenine (funcionamento interno do partido) e Mao (alargado à relação partido-massas) na sua introdução a *Mao Tsé-tung Unrehearsed*. Voltaremos ao assunto no Cap. II.

por hipótese, o sistema em que tal articulação se faça no sentido de uma «democracia de massas» cada vez mais efectiva, e mais consciente, já que de outro modo se não concebe como seria possível o próprio Estado, enquanto governo dos homens (*sobre os homens*), vir a desaparecer na «fase superior do comunismo».

Poder-se-á mesmo adiantar que essa crescente democracia de massas se fortalecerá na exacta medida em que se atenuarão, até ao completo desaparecimento, as relações de produção capitalistas e o seu suporte ideológico-jurídico. A não ser assim, o que se verificará é uma simples estatização económica que fará crescer, em lugar da democracia de massas, uma gigantesca burocracia todo-poderosa, que cada vez mais reforça o seu próprio poder de Estado *sobre* as massas, em nome das quais *diz* agir. O professor Varga, eminente comunista, membro da Academia das Ciências da U. R. S. S., diz, no seu famoso «Testamento», de princípios dos anos 60, a respeito do «não socialismo» na União Soviética: «Mas o regime social do nosso país mudou efectivamente? Somos obrigados a responder negativamente a esta questão. O poder de Estado continua a pertencer à camada aristocrática dos dirigentes do partido. As classes trabalhadoras continuam afastadas da política; nem os sindicatos nem quaisquer outras organizações detêm o exercício da gestão da produção. Os trabalhadores continuam a votar em deputados escolhidos de antemão e é sempre em seu nome que os ministros, presidentes dos *comités* executivos, *comités* regionais, designados pelo partido, continuam a governar o país.» E acrescenta: «Realizar o comunismo não é, de modo nenhum, aumentar as forças produtivas; o comunismo é, antes de mais, o triunfo total do espírito democrático e socialista e da livre iniciativa das massas, fundado na autogestão dos trabalhadores em todos os domínios da vida.» O que não significa, porém, que possamos aderir aos que imaginam ser isto possível, sem quaisquer reservas, desde o momento mesmo em que se realiza a *condição prévia* que é a conquista do poder de Estado. O conselheiro alemão que já citámos diz,

por exemplo (em 1918): «A reivindicação de “socialização” conta, assim, actualmente, *duas* reivindicações complementares: a de “controlo por cima” por uma administração planificada da produção e repartição, e a de “controlo por baixo” pela participação directa das massas trabalhadoras manuais e intelectuais. O *meio* pelo qual estas *duas* reivindicações podem ser hoje realizadas em conjunto, rápida e seguramente, é o *sistema dos conselhos*.» Por outras palavras, trata-se do próprio sistema dos soviets. Ora, a experiência revolucionária desde 1917 até hoje demonstra que esse sistema *não pode* funcionar eficazmente com tal rapidez e segurança¹⁷. É toda a questão da «revolução cultural» que aqui se levanta, e das suas relações com a democraticidade revolucionária. Em Lenine estes dois aspectos encontram-se dissociados. Com efeito, nos últimos anos da sua vida, por efeito em larga medida (para não entrarmos na discussão que quisemos evitar) de circunstâncias objectivas, a não democraticidade do sistema soviético era um facto. Citemos uma testemunha ocular, Victor Serge:

¹⁷ E a prática não vem aqui mais do que confirmar a teoria: estamos, de facto, no centro do debate — a que já nos referimos — entre marxistas e anarquistas sobre o poder de Estado após a Revolução. O que foi claramente posto em evidência no único movimento revolucionário de envergadura em que os anarquistas dispuseram de um papel decisivo: a Espanha, e mais especificamente, a Catalunha em 36-37. Andres Nin, *leader* do partido marxista P. O. U. M., dizia, em Março de 37: «Os anarquistas, vivendo nas suas concepções apolíticas, não previram o problema do poder enquanto pedra angular da revolução. No momento crucial da revolução, com excepção de nós próprios, marxistas revolucionários, eles não sabiam que fazer, não sabiam como comportar-se na questão do poder. A sua atitude consistiu muito simplesmente em evitar habilmente este problema fundamental» (*in* A. Nin, *A Guerra Civil de Espanha*, p. 112). Sublinhe-se que Nin se refere ao «poder de Estado», ao «Governo operário e camponês», pois os inúmeros *comités* surgidos logo após a insurreição fascista de Julho de 36 detêm um poder real e soberano, numa base local e mesmo regional. «Nos dias que se seguiram ao levantamento, [os *comités*] tomaram localmente todo o poder, atribuindo-se funções tanto legislativas como executivas, decidindo soberanamente, na sua região, não só sobre os problemas imediatos como a manutenção da ordem e o controlo dos preços, mas também sobre as tarefas revolucionárias da hora, socialização ou sindicalização das empresas industriais, expropriação dos bens do clero, dos “facciosos”, ou mais simplesmente dos grandes proprietários, distribuição das terras a rendeiros ou exploração colectiva, confisco de contas bancárias, municipalização da habitação, organização da informação, escrita ou falada, do ensino, da assistência social» (*in* P. Broué e E. Témime, *RG*, p. 111). É a «Espanha dos Conselhos e dos Comitês Operários» (*idem*, p. 104).

«Em 1920, a pena de morte foi abolida na Rússia. Julgava-se a guerra civil prestes a terminar. Eu tinha o sentimento que toda a gente no partido desejava uma normalização do regime, o fim do estado de sítio, um retorno à democracia soviética, a limitação dos poderes da Tcheka, se não a sua supressão. Tudo isto era possível, o mesmo é dizer que a salvação da revolução era possível. O país esgotado queria começar a reconstrução. As suas reservas de entusiasmo e de fé mantinham-se grandes. O Verão de 1920 marca uma data fatal.» Trata-se da inesperada invasão da Ucrânia pelo Exército polaco. «O endurecimento da revolução foi instantâneo.» E, depois, «terminada esta penosa guerra, num país sangrado e empobrecido, não foi mais questão de abolir a pena de morte, nem de começar a reconstrução na base duma democracia soviética...» «A espontaneidade das massas tinha-se extinguido; os sacrifícios e as privações desgastavam a minoria activa da revolução.» Cronstadt terá sido o golpe decisivo. Face à revolta, diz o mesmo autor, «o partido teve razão ao resistir. Mas errou ao entrar em pânico diante de Cronstadt insurgido, pois era-lhe fácil manter-se firme de várias maneiras diferentes, e nós sabíamos-lo todos, nós que estávamos lá, em Petrogrado» (*op. cit.*, vol. III, p. 85). Face a este endurecimento, enfim instalado por prazo indefinido, Lenine parece, nos seus últimos escritos, ver uma saída na «revolução cultural»: «Os nossos adversários sempre nos disseram que metíamos ombros a uma obra insensata, querendo implantar o socialismo num país insuficientemente culto. Mas enganaram-se: nós não começámos por onde deveríamos ter começado, segundo a teoria (dos pedantes de toda a espécie); a revolução política e social entre nós precedeu a revolução cultural que agora [1923] a todos se impõe. Actualmente, basta que realizemos esta *revolução cultural* para nos tornarmos um país plenamente socialista. Mas ela apresenta para nós inacreditáveis dificuldades, dificuldades de ordem puramente cultural (nós somos iletrados), assim como de ordem material (pois para se poder vir a ser culto é preciso que os meios materiais de produção tenham

atingido um certo desenvolvimento, é preciso possuir-se uma certa base material)» (O-II 2, p. 747). Mas, enquanto Lenine, pressionado pelas dramáticas urgências do esforço de guerra e do lançamento da fase de recuperação, bem como por um problema camponês que estava longe da solução quando morreu, pôs sempre o acento, ao tratar da educação e cultura, na perspectiva de «aquisição de conhecimentos úteis», sobretudo técnicos e administrativos, já os mais recentes processos revolucionários, e em particular o cubano e o chinês, que triunfaram *após* a luta armada e a guerra civil, e não *antes*, puderam dar um novo conteúdo à noção de revolução cultural. Nesses países, as tarefas de reconstrução puderam iniciar-se quase logo após a conquista do poder político, numa fase em que as massas (ou ao menos uma parte importante) ainda se encontravam plenamente mobilizadas. Foi possível a um poder político dirigido por um partido legitimado pela própria acção revolucionária e incontestado intérprete das aspirações das massas exploradas lançar-se de imediato numa vasta tarefa educativa e de «desintoxicação ideológica». Dada a diferença de situações, compreende-se que quando Guevara diz, cinco anos após a vitória da revolução, que «a sociedade deve ser uma gigantesca escola», no sentido de «desenvolver nas consciências novos valores», isto dificilmente seria aplicável, com idêntico sentido, na Rússia de 1922: é precisamente a fase em que, aí, se pratica a famosa «retirada» da N. E. P., com o que implicava de restauração em larga escala dos «velhos valores» capitalistas. Poder-se-ia resumir esta última situação numa outra fórmula: «O partido deve ser uma gigantesca escola; a sociedade um gigantesco estaleiro.» E a escola a que o partido (ou, mais genericamente, o proletariado) tem de ir, Lenine explicitou-o diversas vezes: é a «escola do capitalismo», é a «escola dos alemães», ou seja, a aprendizagem da organização do trabalho, da produtividade, da administração das empresas, do domínio das técnicas, da «prática do comércio», etc., etc. «Em toda a parte, nos *trusts* de Estado e nas sociedades mistas encontram-se os melhores comunistas

e os mais responsáveis; [mas] isso não dá nenhum resultado, porque eles não sabem administrar e nisso são piores que qualquer empregadito do capitalismo que passou pela escola de uma fábrica ou de uma empresa importante» (discurso ao XI Congresso do Partido Bolchevique, Março de 1922). Em 1921, a propósito do plano de electrificação Goelro, constata que os «plumitivos e dignitários» comunistas preferem, em lugar de aprender com os especialistas burgueses, «redigir teses, lançar palavras de ordem, apresentar abstracções puras», que neles a «presunção intelectual e burocrática sobreleva o trabalho sério» (PO, pp. 306, 309). A criação de uma grande indústria moderna, considerada então o único ponto possível de partida para a construção do socialismo, tinha este preço. Recordamos que o «modelo» em que apostou a Revolução Soviética foi: formação técnica — acumulação de forças produtivas (indústria pesada) — sobre essa base material, desenvolvimento das relações de produção socialistas. Este esquema, a partir de uma sociedade rural e semifeudal, revelou-se *impossível*: a violência feita aos «princípios socialistas» para conseguir a industrialização forçada petrificou um aparelho de Estado burocrático e impediu, uma vez atingida aquela, que as relações socialistas se desenvolvessem. As grandes revoluções depois de 45 (Vietname, China, Cuba) assumiram-se como populares e camponesas — sobretudo as duas primeiras — e puseram como princípios básicos e simultâneos a «revolução ideológica» e o «desenvolvimento da agricultura». O que evitou a necessidade de grandes (e perigosos) recuos tácticos e permitiu, pelo contrário, um progresso mais regular: mais lenta no plano económico, mas mais segura no plano político. O grau de iniciativa e participação das massas *tende* a ir aumentando, e ao mesmo tempo a sua impregnação dos princípios socialistas. É o que Bettelheim exprime muito claramente: «O desenvolvimento das forças produtivas não determina nunca directamente a transformação das relações de produção; esta transformação passa sempre pela intervenção das classes em presença, isto é, pela luta de classes. A luta pela transfor-

mação socialista das relações de produção não poderá ser conduzida em nome do “desenvolvimento das forças produtivas”» (RC, p. 105). «Só a “revolucionarização ideológica”, levando à “unidade real dos produtores imediatos”, pode conduzir à “apropriação social dos meios de produção”, condição do socialismo» (*idem*, p. 110). A não se deixar desenvolver plenamente a luta de classes, a não se impulsionar essa «revolucionarização ideológica», então «a propriedade de Estado ou a propriedade colectiva são as formas jurídicas que *dissimulam melhor* as relações de exploração, pois *representam* a apropriação privada sob a forma do seu contrário» (*idem*, p. 112). Já em 1959, ao comentar os *Problemas Económicos do Socialismo na U. R. S. S.*, de Estaline, escrevia Mao: «[Os Soviéticos] andam só sobre uma perna, enquanto nós andamos sobre as duas. Para eles, a técnica decide de tudo, os quadros decidem de tudo. Eles põem o acento no “especialista”, e não no “vermelho”, nos quadros e não nas massas» (MC, p. 41). E, justamente na sua polémica de 1964 com Bertelheim, Guevara refere-se pormenorizadamente à sua concepção de «interpenetração entre educação e desenvolvimento da produção» (in *Ecrits — II*, p. 158), dando à expressão «educação» o sentido de «aquisição de uma consciência socialista». Ele parte do facto de que o desenvolvimento das forças produtivas num país atrasado e com baixo nível educativo exige a utilização de uma forma qualquer de «estímulo», e comenta, a propósito: «Se o estimulante material se opõe ao desenvolvimento da consciência [social], sendo embora uma poderosa alavanca para a produção, deverá concluir-se que ao preocuparmo-nos prioritariamente com o desenvolvimento da consciência se retarda a produção? Em termos comparativos, numa época dada, é possível, ainda que ninguém tenha feito cálculos apropriados; nós, pela nossa parte, afirmamos que a relativamente curto prazo o desenvolvimento da consciência faz mais pelo desenvolvimento da produção do que o estimulante material» (*idem*, p. 157). E, criticando, pelo seu lado, o *Manual de Economia Política da U. R. S. S.*, que advoga a necessidade, na fase de

transição, de «desenvolver e utilizar a lei do valor e as relações monetárias e mercantis», explicita a oposição — a que acima aludimos — entre a marcha para o socialismo por via de «recuos e avanços (ou guinadas) muito violentos» e a marcha mais «regular», com o mínimo de concessões: «Porquê desenvolver [a lei do valor, as relações mercantis, etc.]? Nós compreendemos que durante um certo tempo as categorias do capitalismo têm de manter-se e que esse período não pode ser previamente determinado; mas as características do período de transição são as de uma sociedade que rompe as suas antigas amarras para entrar rapidamente numa nova etapa. A *tendência* deve ser, em nossa opinião, a de liquidar o mais firmemente possível as antigas categorias, entre as quais figuram o mercado e a moeda e, por via disso, o fundamento mesmo do interesse material, ou mais exactamente as condições que provocam a sua existência. O contrário seria supor que a tarefa da construção do socialismo numa sociedade atrasada é uma espécie de acidente histórico e que os seus dirigentes, para reparar o *erro*, devem consagrar-se à consolidação de todas as categorias inerentes à sociedade intermédia, não deixando como fundamentos da nova sociedade senão a distribuição do rendimento segundo o trabalho, e a tendência para suprimir a exploração do homem pelo homem. O que se revela insuficiente, por si só, como factor de desenvolvimento da mudança gigantesca de consciência necessária para poder enfrentar a transição, mudança que deverá operar-se pela acção multi-forme de todas as novas relações, a educação e a moral socialista [...]» (*idem*, pp. 163-164). Estamos, pois, quase nos antípodas do «economicismo» soviético (que teve, na origem, a sua *necessidade* objectiva), aproximando-nos mesmo do mal oposto — o voluntarismo. Mas não há dúvida que uma abordagem deste tipo das questões da transição é extremamente mais enriquecedora e, se bem que obrigue também a alguns recuos, tem o mérito de fazer um exigente apelo à imaginação e de impor uma permanente mobilização de massas,

pondo constantemente em evidência a luta de classes, que subsiste, ainda que invertida a relação de forças, durante toda a fase de transição.

Mao exprime lapidarmente igual recusa da «hipótese» do acidente histórico, indo, nesse ponto, mesmo mais longe que Guevara: «É muito difícil fazer a revolução e construir o socialismo nos países ocidentais, pois neles a influência perniciosa da burguesia é muito profunda e está infiltrada por toda a parte. [...] A ideologia e o estilo de trabalho burgueses têm influência por toda a parte e em todas as camadas sociais. [...] Lenine disse: “Quanto mais atrasado um país, mais difícil é a sua passagem do capitalismo ao socialismo.” Vista dos nossos dias, esta tese não é correcta. Na realidade, quanto mais atrasado economicamente é um país, mais fácil é a passagem do capitalismo ao socialismo. [...] Nos países capitalistas ocidentais, o nível de emprego e os salários são mais elevados, a influência da burguesia sobre os trabalhadores mais profunda. Nesses países a transformação socialista é menos fácil do que se imagina» (MC, p. 81). Com efeito, «a questão importante é a transformação dos homens», e é aí que, nesses países, reside a maior dificuldade.

Os «ensaios falhados» de arranque revolucionário no Chile e em Portugal vieram, entretanto, trazer justamente ao de cima esta questão que, desde o fracasso da revolução alemã, em 1923, estava, por assim dizer, adormecida: a da revolução em países industrializados. É certo que nem um nem outro país assim se podem considerar. No entanto, poderemos designá-los por sociedades capitalistas «intermédias», em que a estrutura económica (em particular a industrial) é já apreciavelmente diversificada e complexa, e em que o proletariado industrial representa já uma parcela muito importante das massas trabalhadoras. Sem que, num e noutro caso, a questão agrária deixe de ser, apesar de tudo, de uma relevância económica, e sobretudo política, primordial (ver, para maior desenvolvimento, o Cap. III).

A análise teórica que Gramsci fez desta questão merece ser aqui recordada¹⁸. Ele inspirou-se, para essa reflexão, precisamente no exame da Revolução Soviética, buscando detectar as substanciais diferenças que um processo revolucionário implicaria num país industrializado, ou mais precisamente num país ocidental, em que o Estado exerce simultaneamente um *domínio* político, e uma *directão* cultural e moral, que lhe assegura aquilo a que Gramsci chama a *hegemonia*. Esta traduz-se no *consenso* obtido, junto das próprias classes exploradas, relativamente aos «valores» da classe dominante — o que, no seu conjunto, constitui o *bloco histórico* dominante. Ao campo de acção do aparelho de Estado propriamente dito chamou Gramsci a «sociedade política»; ao campo de acção ideológico (as escolas, os meios de comunicação, a religião, os organismos e funções «culturais», etc.) chama-lhe a «sociedade civil». É nesta que, segundo ele, reside a distinção fundamental entre o «Ocidente» e o «Oriente» (especificamente, a Rússia czarista): «No Oriente, o Estado era tudo, e a sociedade civil primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre o Estado e a sociedade civil existe uma justa relação, e, por detrás das vacilações do Estado, descobre-se, imediatamente, uma robusta estrutura da sociedade civil.» Daqui resulta que, para Gramsci, nas sociedades ocidentais, contrariamente ao que sucedeu na Rússia, uma situação de *crise orgânica*, ou seja, de desagregação do bloco histórico dominante, não cria só por si as condições para uma ruptura política decisiva, para a tomada do poder por um novo bloco histórico. Caso este não tenha podido tornar-se *previamente* hegemónico (mais precisamente: caso o proletariado não tenha podido constituir, sob a sua liderança, um novo bloco histórico hegemónico), afirma Gramsci que «a classe tradicional dirigente, que dispõe de

¹⁸ A breve exposição das teses gramscianas que se segue é extraída, quase integralmente, da obra *Ler Gramsci*, de D. Grisoni e R. Maggiori, tradução portuguesa de Iniciativas Editoriais. Recomenda-se, em particular, a leitura dos artigos «Bloco Histórico», «Crise», «Hegemonia» e «Revolução» do excelente glossário de conceitos gramscianos contidos nesse livro.

pessoal numeroso e bem formado, muda os homens e os programas, retoma o controlo que lhe escapava com maior rapidez do que as classes subalternas: faz mesmo sacrifícios, expõe-se a um futuro duvidoso por meio de promessas demagógicas mas mantém o poder, reforça-o mesmo para a ocasião e serve-se dele para esmagar o adversário e dispensar o pessoal directivo, que deixa de poder ser muito numeroso e muito bem formado». Se, mesmo assim, a crise persiste ou se afigura problemática a sua solução, ainda restam a saída «carismática» (o homem salvador, o cesarismo ou bonapartismo) e, enfim, a saída fascista¹⁹. Isto quer dizer que a sociedade ocidental resiste «às irrupções catastróficas do elemento económico imediato» (crises, depressões, etc.) e, sendo assim, que, numa tal sociedade, «a revolução passa, primeiro, por uma luta de grande fôlego travada no terreno da sociedade civil, contra, portanto, a *hegemonia* da classe dirigente, isto é, o proletariado e o partido da classe operária devem, antes de se atirarem ao poder de Estado, lutar contra o poder hegemónico, desagregar a sociedade civil, para subtrair as classes subalternas à influência ideológica da classe dirigente e, pouco a pouco, impor, por uma difusão da concepção proletária do mundo, a sua própria direcção intelectual e moral. A luta pela hegemonia precede a luta pelo poder político» (*op. cit.*, p. 326).

Chegados a este ponto, há que introduzir, na questão atrás enunciada da articulação poder de Estado-democracia de massas, a temática da «revolução cultural» (que é eminentemente *política e ideológica*). Pois é nesta que reside, sem dúvida, como se acaba de ver, a chave de uma crescente prevalência da segunda sobre o primeiro na longa caminhada, via socialismo, para o comunismo — e não, necessária ou exclusivamente, na acumulação das forças produtivas. Com efeito, uma coisa é a *possibilidade* e a *necessidade* de ter conquis-

¹⁹ Escusado assinalar, a partir destas curtas passagens, o enorme interesse das análises gramscianas para o estudo da «crise orgânica» portuguesa pós-25 de Abril.

tado a maioria das massas trabalhadoras para a ideia da revolução e da conquista do poder ²⁰ — e isso pode ser conseguido por «concessões» tácticas ²¹, como é caso frisante a adopção pelos bolcheviques do programa agrário dos socialistas revolucionários de «distribuição» em lugar de «colectivização» das terras —, outra é a de *conservar* essa maioria na fase duríssima que normalmente se segue à conquista do poder: é nesse momento, em que as primeiras medidas de destruição da ordem burguesa provocam uma vasta reacção, subjectiva e objectiva, por parte da anterior classe dominante e das massas impregnadas da sua ideologia (que irá, no limite, até à guerra civil), que a batalha ideológico-cultural é decisiva. Se o nível de consciência das massas é largamente inferior às tarefas que a luta de classes então as obrigam a enfrentar, só há duas alternativas: a derrota ou a repressão. Tanto uma como outra podem revestir várias formas. A derrota pode ser a simples reconquista do poder pela burguesia, por via militar por exemplo, mas pode ser também a necessidade de fazer concessões tais que signifiquem a própria desfiguração, a curto prazo, do projecto socialista, com o risco de o destruir ou fazer degenerar a mais longo prazo. A repressão pode ser a combinação, em doses diversas, de uma repressão *tout court* que fatalmente acaba por ser indiscriminada, de um centralismo no funcionamento do partido e dos órgãos do novo Estado que será cada vez mais «burocrático» e cada vez menos «democrático», de um culto de «valores» supostamente neutros, mas que, à falta do suporte ideológico que constituiria uma consciência revo-

²⁰ Contra o que muitos pensam, Lenine estava bem consciente desta necessidade de uma maioria (não confundir com maioria *parlamentar* ou *eleitoral*...): «Os bolchevistas venceram porque tinham com eles a maioria incontestável da classe operária (nas eleições de 17, os bolcheviques obtiveram contra os mencheviques o apoio da grande parte do proletariado industrial), porque metade do exército, imediatamente a seguir à tomada do poder, os seguiu e porque os nove décimos dos camponeses, no espaço de algumas semanas, se passaram para o seu lado» (discurso ao III Congresso da Internacional Comunista, em 1921).

²¹ Expressão que não implica um juízo de valor: trata-se, justamente, de uma *compreensão* profunda do impulso do movimento de massas num dado momento.

lucionária das massas, acabam por reproduzir os mecanismos de dominação anteriores (exemplos: a ordem, a disciplina, a produtividade, a competência técnica, etc.). O mesmo é dizer que se a construção do socialismo implica uma *crecente participação activa* das massas, ela exige uma revolução cultural — ideológica, política — que, se aceitarmos as teses de Gramsci, não pode ser localizada no tempo de igual maneira qualquer que seja o grau de desenvolvimento da sociedade, o qual condiciona a maior ou menor solidez da «sociedade civil», a maior ou menor «impregnação ideológica» conseguida pelas classes dominantes sobre as classes exploradas. Caímos, no fim de contas, num problema que, posto noutros termos, é bem conhecido: a famosa questão das classes médias. Pois não são estas — entendidas como «categorias de rendimento médio», e não propriamente classes sociais²² — o suporte mesmo da sociedade civil gramsciana? E não é também um facto que o desenvolvimento capitalista produz geralmente um accentuado crescimento destas categorias, constantemente aliçadas pela ideologia do consumo e da ascensão social?

Na sua análise, Gramsci preocupou-se essencialmente com o problema da conquista do poder. Mas foi em termos da *conservação* do poder revolucionário que o dilema se colocou a Lenine: o grande obstáculo interno que teve de enfrentar foi *também* o da ideologia pequeno-burguesa, na sua forma mais primária — o desejo da propriedade individual da terra e da disposição do seu produto²³. E as condições dramáticas, de fome e guerra, em que o Partido Bolchevique foi obrigado a actuar não lhe permitiram ultrapassá-lo (se assim se pode

²² No meu ensaio *Indústria, Ideologia e Quotidiano* chamei-lhes a «pequena-burguesia por aspiração»: estas categorias são, na sua maioria, constituídas por trabalhadores impregnados de ideologia burguesa, que *aspiram* a um «estatuto social» burguês (ver pp. 181-185).

²³ Muito mais importante, sem dúvida, do que a reacção da burguesia urbana «destituída», a que Trotsky se refere nestes termos: «[Quando, para impor o novo Poder, confiscámos os bens da burguesia], não havia fábrica, banco, loja, sala de espera de advogado que não se transformasse em fortaleza contra nós» (discurso ao III Congresso da Internacional Comunista).

dizer) senão em 1929 pela via brutal da colectivização forçada: a N. E. P. no campo (e não só) foi, de facto, uma autêntica «anti-revolução cultural».

Do ponto de vista que aqui nos interessa, do conceito de socialismo, diremos então que só poderá falar-se de socialismo a partir do momento em que a hegemonia «transitória» que permite e legitima a conquista do poder tenha dado lugar a uma hegemonia «duradoura», em que os princípios socialistas estão largamente «interiorizados» e são objecto de um «consenso colectivo» — o que não significa que tenha sido completamente destruída a ideologia burguesa, ou que a luta de classes tenha terminado. A passagem de um estágio a outro constitui precisamente o que é corrente designar por «transição para o socialismo»: tanto Lenine como Mao referiram-se-lhe, no plano temporal, em termos de gerações.

Importa enfim, antes de fazermos a síntese das ideias que vimos passando em revista, procurar extrair alguns ensinamentos do autêntico laboratório de antecipação política e sobretudo económica que foi o «comunismo de guerra» entre 1918 e 1921.

AS LIÇÕES DO «COMUNISMO DE GUERRA»

Segundo E. H. Carr, o comércio externo russo «atingiu praticamente o zero em 1919, e o completo isolamento económico da Rússia Soviética foi um poderoso factor favorável a experiências económicas que dificilmente teriam sido tentadas, ou em que dificilmente se teria insistido, salvo em sistema fechado». Multiplicam-se na história, e em particular na do século xx, os exemplos que demonstram serem as fases de mais ou menos relativo isolamento de um país aquelas em que as suas energias despertam e o seu desenvolvimento se acelera. Isto é verdade inclusivamente para os países mais atrasados integrados no sistema capitalista mundial: é nesses

períodos que as burguesias nacionais dão largas à sua iniciativa e se fortalecem. Mas certamente não haverá outro caso na História em que esse isolamento tenha atingido os limites a que chegou na Rússia revolucionária. Mesmo aqueles países que iniciaram mais tarde um processo de transformação revolucionária, ainda que quase sempre boicotados e atacados pelo imperialismo, a que buscavam justamente escapar, nunca foram submetidos a prova tão extrema, para além do apoio mais ou menos entusiástico que receberam daqueles que os haviam antecedido na mesma tarefa histórica. É por isso que se pode falar da Rússia dos soviets, em particular no período entre 1918 e 1921, como de um «laboratório». Daí o seu enorme interesse para o nosso objectivo neste momento.

O «comunismo de guerra»²⁴ foi, na expressão de A. Nove (EH, p. 74), «uma economia de cerco com uma ideologia comunista». O que levanta imediatamente a questão, que o mesmo autor exprime nos seguintes termos: «Foi o comunismo de guerra uma resposta à emergência da guerra e ao colapso, ou representou uma tentativa global para “saltar” para o socialismo?» Não é possível responder a esta questão tomando partido por uma ou outra das alternativas que sugere²⁵. De qualquer modo, o importante para nós é que em estados de emergência e de colapso idênticos (embora talvez raramente tão graves) não encontramos em qualquer outro país um conjunto de respostas que se assemelhem às medidas tomadas então pelos bolcheviques. E isso deriva necessariamente da componente ideológica contida na sumária definição atrás citada. Vale, pois, a pena passar em breve revista esse conjunto de medidas. Elas dar-nos-ão, tomadas globalmente, uma imagem da *ideia* que faziam os dirigentes bolcheviques da *sociedade comunista*, ou ao menos de certos dos seus aspectos essenciais, ainda que eles tivessem, por hipótese, consciência

²⁴ Expressão pouco rigorosa, pois tratou-se essencialmente de um «comunismo de distribuição».

²⁵ Uma exposição clara sobre esta questão encontra-se em Carr, *op. cit.*, vol. II, pp. 269 a 279.

de se tratar de uma «antecipação histórica» só possível nas circunstâncias excepcionais que atravessavam e de que o retorno a uma situação de paz viria a impor uma inevitável «retirada».

Ao nível das funções económicas essenciais, no sentido mais geral, procede-se, numa primeira fase, à nacionalização global (com excepção do sector agrícola) por sucessivas medidas ao longo do ano de 1918. Com efeito, isso não estava nos planos iniciais dos bolcheviques, em Outubro de 17: eles buscaram mesmo, nos primeiros meses, estabelecer acordos de cooperação com grandes empresários industriais, e nunca previram nacionalizar a pequena indústria²⁶. Assim, para cada sector, observe-se a data do decreto final, ou seja, o que conclui a nacionalização do mesmo (ano de 1918): Fevereiro — Marinha Mercante; 22 de Abril — Comércio Externo; 28 de Junho — Todos os sectores industriais de alguma importância; 21 de Novembro — Comércio Interno; Dezembro — Banca (os principais bancos já estavam nacionalizados desde Dezembro de 17). Enfim, a pequena indústria (acima de cinco trabalhadores), só será abrangida por igual medida em fins de 1920. Quanto à terra, o decreto de nacionalização é o primeiro acto da Revolução (juntamente com o decreto sobre a paz), mas trata-se de uma nacionalização formal, pois as propriedades expropriadas serão na sua grande maioria distribuídas aos camponeses que as explorarão individualmente²⁷.

Mas, para além das nacionalizações, que faziam, desde Marx, parte de qualquer programa socialista e do bolchevique

²⁶ Ainda em fins de 1919, no seu *ABC du Communisme*, Bukharine e Preobrazhensky afirmam: «Devemos recordar que não expropriamos a pequena indústria, cuja "nacionalização" é absolutamente inadmissível pelas razões seguintes: ser-nos-in impossível organizar a pequena indústria dispersa e, por outro lado, o Partido Comunista não quer e não deve lesar milhões de pequenos proprietários. A sua passagem ao socialismo far-se-á voluntariamente, sem expropriação forçada.» No entanto, isso virá a ser feito no fim deste período, em Novembro de 1920, para se voltar atrás poucos meses depois (Maio 21).

²⁷ Outro sector vital, os caminhos de ferro, já pertencia praticamente na totalidade ao Estado antes da Revolução.

em particular ²⁸, o essencial do comunismo de guerra, e o que nele tem originado a maior controvérsia, situa-se na forma como foram abordadas as questões financeiras e de distribuição (no sentido mais geral). Estas últimas estão aliás profundamente ligadas: foi, efectivamente, a rápida desvalorização do rublo — por sua vez resultante da situação de guerra e incrente penúria — que impulsionou as medidas tendentes à «desmonetização» da economia, à passagem à «economia natural». Convém ter presente que as duas grandes prioridades eram então a produção de guerra e o abastecimento das cidades. E, igualmente, não esquecer que muitos dos decretos adoptados, sendo significativos *em si*, não chegaram a ter aplicação, por impossibilidade prática derivada da sua inadequação, da inoperância dos serviços ou da resistência imposta pelas próprias condições da luta de classes. Muitas vezes eram rapidamente substituídos por outros, dentro de um pragmatismo que, no entanto, não impossibilita a detecção da permanência de uma «linha ideológica» característica desta fase. Linha ideológica que se traduz por uma tendência para aplicar *desde logo* certos princípios sempre tidos como possíveis apenas na fase superior do comunismo: o princípio «de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades» (o igualitarismo social efectivo ²⁹), o desaparecimento das trocas mercantis, a eliminação do «cálculo económico» em termos de *rendibilidade financeira*, ou seja, a eliminação da lei do valor (o que está implicado no anterior, por supor o privilégio dos valores de uso sobre os valores de troca), a mobilização colectiva por estímulos morais («ética socialista»). Já no decreto sobre a terra se diz, sintomaticamente, «o uso da terra deve ser igual, isto é, a terra é repartida entre

²⁸ Com excepção do comércio externo: segundo Carr, «seria difícil encontrar qualquer tomada de posição bolchevique, antes da Revolução, sobre comércio externo» (BR-II, p. 130).

²⁹ Com efeito, já Marx sublinhava que a repartição *socialista* «segundo o trabalho» só aparentemente era igualitária, pois as diferenças naturais (e adquiridas) entre os homens tornam-nos fortemente desiguais sob esse aspecto: uns podem produzir mais trabalho, ou mais valioso, que outros.

os trabalhadores tendo em conta as condições locais, *segundo a norma do trabalho ou do consumo*» (sublinhado — J. M. P.). A ambiguidade entre os dois modos de distribuição manteve-se na «lei sobre a socialização da terra» de Fevereiro de 1918, onde se estabelecia, para o efeito, um complicado modo de cálculo que tinha em conta quer o número de trabalhadores do agregado familiar (ponderado por sexo e idade), quer o número de «bocas a alimentar». Na realidade, nada disto foi cumprido, tendo a terra sido distribuída segundo um ou outro critério (ou outros ainda), ao sabor das condições e das relações de força locais. Mas Carr sublinha, pondo em evidência o compromisso político que estava por detrás desta política agrária: «Grosseiramente, os bolcheviques apoiavam a distribuição de *toda a terra* segundo o *número de consumidores*, o que favorecia duplamente os camponeses pobres e sem terra; os socialistas revolucionários tentavam restringir a distribuição às terras dos grandes proprietários, e reparti-las segundo a capacidade de trabalho, ambos os métodos indo favorecer os camponeses médios» (BR-II, p. 54).

De qualquer modo, não se tratando aqui de analisar a questão agrária durante o comunismo de guerra (aquela em que os bolcheviques afinal mais se afastaram dos «princípios comunistas» e que acabou por os obrigar, em 1921, a virar a 180 graus *toda a sua política económica*), vejamos como estes princípios foram aplicados em campos onde o poder soviético dispunha de bem maior controlo. Embora se reconhecesse a impossibilidade de proceder imediatamente segundo o modo de repartição igualitário comunista, foi extremamente poderosa a tendência para uma redução do leque salarial e, com o posterior crescimento da parte não monetária distribuída aos trabalhadores, para uma efectiva anulação daquele.

O enunciado de Lenine em «O Estado e a Revolução», como objectivo imediato logo após a conquista do poder, do alinhamento geral dos salários pelo «salário do operário» (O-II 1, p. 236) dificultou-lhe naturalmente a tarefa de pugnar, contra os comunistas de esquerda, pela introdução do salário ao

rendimento e do *taylorismo*³⁰. São múltiplas as afirmações, sobretudo nos congressos dos conselhos de economia nacional e dos sindicatos, em favor do «igualitarismo». Numa intervenção, em Dezembro de 1918, dizia Ryazanov: os comunistas têm como palavra de ordem «a remuneração igualitária, a supressão de toda a diferença entre o trabalho indiferenciado e o do operário qualificado». E, efectivamente, num trabalho publicado em 1923, referindo-se a este período, diz Strumiline: «O princípio de igualdade para as remunerações era aplicado da maneira mais rigorosa. É certo que, no que respeita ao salário nominal, o engenheiro, que recebia o salário mais alto da escala, ganhava quatro vezes mais do que o guarda-nocturno ou a mulher de limpeza da última categoria. Mas as rações alimentares em espécie eram distribuídas segundo um princípio social particular em virtude do qual os operários recebiam uma ração maior que os empregados. Dava-se esta coisa curiosa que a retribuição legal do engenheiro da mais elevada categoria, compreendendo o salário e a ração alimentar, era inferior à do servente ou do guarda-nocturno, da categoria mais baixa.»³¹ Assim se combinavam os dois «princípios»: a parte monetária *segundo o trabalho*, a parte não monetária *segundo a necessidade*. O «acionamento diferencial» foi estabelecido em Agosto de 1918, nessa altura com três categorias, posteriormente subdivididas: trabalho pesado (factor 4), outros trabalhadores e famílias destes e dos anteriores (factor 3), membros da antiga burguesia (factor 1). A partir de 1919, e sobretudo aceleradamente durante o ano de 1920, a parte monetária foi sendo reduzida até atingir menos de cinco por cento do total da remuneração. Mas, para-

³⁰ Nas «Tarefas Imediatas do Poder dos Sovietes», Abril de 18, ainda não iniciada a guerra civil, quando o poder soviético se preparava para a reconstrução. Lenine assume, como indispensável nessa fase, «um certo abandono dos princípios da Comuna de Paris e de todo o poder proletário», ao defender outra forma de desnivelamento salarial: o pagamento «a preço elevado dos "serviços" dos maiores especialistas burgueses» (PO, pp. 113-114).

³¹ In «O Salário e a Produtividade do Trabalho na Indústria Russa — 1913-1922», citado por S. Prokopovitz em *Histoire Économique de L'URSS*, p. 386.

lamente, a ração alimentar foi, num primeiro tempo, tornada grátis para os menores (Maio de 19) e depois substituído o racionamento por um salário em espécie, distribuído pela própria empresa. Além dos bens alimentares — que, na realidade, eram obtidos no mercado negro em proporção crescente —, os trabalhadores da indústria recebiam produtos das suas empresas (quando eram produtoras de bens de consumo) ou eram autorizados a utilizar os meios de produção para fabricar utensílios de uso pessoal. Ou, ainda, recebiam os mais diversos produtos, que por sua vez procuravam trocar directamente, frequentemente também no mercado negro (o *piece-selling*). É óbvio que o sistema, na situação de penúria catastrófica em que se vivia, acabava por conduzir a novas e curiosas desigualdades. Tomsky dizia ao III Congresso dos Sindicatos em Março de 1920: «Os curtidores recebem coiro; os operários de produtos químicos recebem sabão, que falta para lavar os soldados vermelhos feridos, mas os ferroviários não podem completar o seu salário levando para casa locomotivas ou vagões; os trabalhadores do serviço de águas, levando tubos de ferro fundido, etc. Uma parte do proletariado começa a viver à custa da outra, o que o conjunto do proletariado não pode tolerar.»

Entretanto, em Janeiro de 1920 estabeleceram-se cantinas grátis para os trabalhadores de Moscovo e Petrogrado, verificando-se a partir do último trimestre do ano um *crescendo* final na desmonetarização: 11 de Outubro — correios, telefones, água, luz e casa grátis para os trabalhadores do Estado; 4 de Dezembro — todas as rações alimentares grátis; 23 de Dezembro — combustível grátis para instituições e empresas públicas e para os seus trabalhadores; 27 de Janeiro de 1921 — abolidas as rendas de casas propriedade do Estado ou dos municípios; 3 de Fevereiro — projecto de decreto (não chegado a aprovar, com a introdução da N. E. P. em Março) abolindo *todos* os impostos em dinheiro. Não se imagine, claro, que, com todos estes bens e serviços grátis, a vida era fácil: grande parte destes bens eram grátis, mas quase não

existiam. Pense-se, em particular, nos combustíveis, cuja carência era dramática (chegaram a queimar-se casas de madeira para suportar um pouco melhor os rigorosos Invernos).

Ao mesmo tempo, já há muito que as empresas geridas pelo Estado apenas mantinham uma contabilidade formal. As transacções comerciais estavam reduzidas ao mínimo: toda a circulação de mercadorias entre essas empresas, e entre elas e os organismos de Estado, era contabilizada mas não dava lugar a qualquer pagamento efectivo. Numa primeira fase apenas os saldos de exploração (Maio de 1918), mais tarde o conjunto dos activos e passivos das empresas (Março de 1919), são incorporados no Orçamento do Estado, que, pelo seu lado, as alimenta em fundos (na realidade, à custa de emissão monetária). Perde todo e qualquer sentido a noção de «equilíbrio financeiro» das empresas ou de «rendibilidade», o que, embora a situação seja insustentável, não deixa de constituir um «princípio socialista» fundamental. Preobrajensky, num artigo publicado em 1924, é extremamente claro a este respeito³²: «Se calculássemos o custo de produção numa fábrica típica daquele período [do comunismo de guerra] encontraríamos o seguinte quadro. Valor das matérias-primas e reintegração dos instrumentos de produção, isto é, capital constante = 1000; salários, isto é, capital variável = 500; custo do produto = 1500; valor comercial do produto no período antes da guerra = 600. Nesta situação não só não existia sobreproduto, como se sofriam perdas colossais ($1500 - 600 = 900$). No entanto, no contexto do comunismo de guerra e face aos objectivos a atingir, o resultado não era em absoluto negativo. Os operários recebiam o seu salário e ficava um excedente — cem no caso vertente — para o fundo da comuna estatal.» «Podiam dar-se, e deram-se, de facto, casos em que o valor comercial do pro-

³² Não é inútil ler esta citação tendo presente a situação portuguesa pós-25 de Abril: guardadas as enormes proporções, é evidente uma *lógica* paralela entre o desmoronamento dos dois sistemas económicos. O sistema de relações capitalistas reage do mesmo modo em situações em que perdeu o controlo da luta de classes.

duto era mesmo inferior aos salários, no nosso exemplo, quatrocentos por hipótese. Mas mesmo assim era conveniente continuar parte da produção, já que os operários tinham de comer e havia que repor os gastos para manter as fábricas em funcionamento. Para o Estado era mais vantajoso um *deficit* de cem sobre os produtos produzidos (não medidos em termos de valor) *com as fábricas em funcionamento* do que um *deficit* de duzentos ou quinhentos *com as fábricas fechadas*. Era um tipo de economia totalmente particular, radicalmente oposto, nos seus objectivos e métodos de cálculo, à produção capitalista.» E resume a lógica do sistema: «Produz-se com qualquer meio tudo o que possa aumentar o fundo de consumo do momento, ainda que isso signifique um consumo de capital fixo e circulante que não pode reconstruir-se rapidamente» (artigo publicado em 1924 em *O Mensageiro da Academia Comunista: «A Lei Fundamental da Acumulação Socialista Primitiva»*). Preobrajensky escreve, imediatamente a seguir a esta passagem, que «uma economia deste tipo não pode, contudo, durar muito». É óbvio: seja qual for a forma de organização de uma economia, há determinados equilíbrios que é necessário manter, em última análise os que são condicionados pela relação produção/consumo, pela limitação dos recursos. Mas não é menos certo, e é isso que aqui nos importa assinalar, que aquele tipo de economia, embora socialmente desviado para a produção de guerra e para a simples subsistência física de milhões de homens, era, na sua lógica, *radicalmente oposto, nos seus objectivos e métodos de cálculo, à produção capitalista*. Ele prefigurava, portanto, um sistema *futuro* em que a «utilidade colectiva» se sobreporia à «procura do lucro individual».

Tudo isto é complementado, naturalmente, com uma «função reguladora» da economia por parte do Estado em que, na altura, muitos vêem também desde logo a base do seu futuro desaparecimento. Poucos terão ido, neste aspecto, tão longe como Bukharine e Preobrajensky, que no seu *ABC* afirmam: «A supressão do Estado dar-se-á rapidamente após

a vitória completa sobre os imperialismos.»³³ Mas que isso estava presente na mente dos dirigentes bolcheviques, pode constatar-se pela preocupação que houve, desde o início, em montar estruturas paralelas de poder político e de administração económica. Segundo Carr: «Lenine, no seu discurso de abertura do I Congresso Pan-Russo dos Conselhos de Economia Nacional, desenvolveu o tema de que o Vesenkha³⁴ estava destinado, “caso único entre todas as instituições do Estado, a conservar um lugar permanente”, visto que sobreviveria como uma “administração” sob o socialismo, quando os órgãos políticos do Governo já tivessem desaparecido» (BR-II, p. 83, nota 2). É claro que, ao longo do comunismo de guerra, foi a tendência contrária que necessariamente prevaleceu, sendo cada vez mais os instrumentos políticos a desempenhar, por forma repressiva (os destacamentos, as requisições forçadas, a militarização do trabalho, etc.), as funções económicas que os respectivos organismos não tinham meios para exercer. Mas nem por isso, através dos múltiplos organismos criados no domínio da produção e distribuição, deixa de se observar uma preocupação constante de *dominar e ordenar* os circuitos económicos e, sobretudo, para os subtrair à lógica capitalista: a gestão orçamental das empresas nacionalizadas (de que já vimos os princípios), a criação dos «departamentos sectoriais» (os *glavki*) dentro da orgânica do Conselho Superior de Economia Nacional, a tentativa de organização de um «sistema de trocas» entre a cidade e o campo — primeiro, através do Commissariado do Povo para o Abastecimento, depois pela integração do sistema cooperativo³⁵ —, a criação da Comissão de Utilização (Novembro de 1918), destinada a fixar o quan-

³³ Embora, noutra passagem, digam que «o que caracteriza um governo proletário não é o que o faz assemelhar-se ao governo dos exploradores: é a sua transformação *lenta*, mas progressiva, de organismo improdutivo num aparelho de administração económica» (sublinhado — J. M. P.) (ABC-II, p. 155).

³⁴ O Conselho Superior de Economia Nacional.

³⁵ O programa do Partido Bolchevique, de Março de 1919, fala de um «sistema planificado de distribuição», com base na «herança do capitalismo» que é o «sistema cooperativo».

titativo de produtos a exportar, a armazenar e a distribuir pela população, a dinamização da pequena produção artesanal (e não só da indústria de guerra) por via das encomendas do Estado, que simultaneamente distribuía matérias-primas e combustível, etc., etc. Era, em resumo, sob a pressão da necessidade (não é de mais insistir), a tentativa de implantar um princípio regulador «socialista» — a planificação —, por oposição ao princípio regulador capitalista — o mercado.

Dir-se-á que os países capitalistas, em idêntica emergência, utilizam idênticos mecanismos. É um facto. Só que a sua utilização é neles considerado como parte integrante da própria situação de emergência: é subentendido que, uma vez terminada, se regressará imediatamente aos sacrossantos mecanismos de mercado. Lenine aposta, desde 1918, em que uma vitória do proletariado alemão evitaria precisamente esse retrocesso e «asseguraria sem dúvida a vitória do socialismo mundial». Na brochura «Sobre o Infantilismo de Esquerda», em que combatia a oposição dos comunistas de esquerda ao «capitalismo de Estado», ele afirma: «O socialismo é impossível sem a técnica do grande capital, concebida segundo a última palavra da ciência mais moderna, sem uma organização de Estado metódica que subordine dezenas de milhões de homens à observância mais estrita duma norma única na produção e repartição dos produtos» [isto é, um Plano — J. M. P.] «O socialismo é também impossível sem que o proletariado domine o Estado: isto, também, é o ABC. E a história (...) seguiu caminhos tão particulares que *deu à luz*, em 1918, as duas metades do socialismo, separadas e vizinhas como dois futuros pintos sob a casca comum do imperialismo internacional. A Alemanha e a Rússia encarnam, em 1918, com particular evidência, a realização material das condições do socialismo, das condições económicas e sociais, por um lado, e das condições políticas, por outro» (PO, p. 154).

Interessa-nos aqui reter a ideia que, durante o comunismo de guerra, se buscou, da forma mais empírica, pôr em prática, mas que só mais tarde foi possível concretizar: a de que socia-

lismo implica planificação e coordenação do sistema económico (apenas um dos aspectos do domínio pelo homem da natureza e das suas condições de existência). Não nos detemos aqui noutro aspecto fundamental da mesma questão — que mais adiante nos ocupará —, que o comunismo de guerra não estava em condições de aprofundar: qual a participação das massas nessa planificação/coordenação? Ou: se o socialismo visa a «utilidade colectiva» (logo, a produção de valores de uso), *quem* (e a que nível) define as «preferências colectivas» e assegura o seu cumprimento «organizado»?

Basta-nos acrescentar que, neste campo, os ensinamentos do comunismo de guerra são negativos (e dificilmente se concebe como poderiam não o ser): a tendência manifestada foi para uma cada vez maior burocratização, para uma cada vez maior centralização, para uma cada vez menor democratização/participação — e, quanto à escala de «utilidades colectivas», as prioridades eram, nessa fase, evidentes. A emulação socialista (com larga difusão de «actos exemplares»), os «sábados comunistas» — ensaios de mobilização de massas por meio de «estímulos morais» — tiveram apenas um efeito «marginal» (na expressão de Bettelheim), e nem sequer foram alguma vez considerados *suficientes* para conseguir a disciplina de produção cada vez mais indispensável. R. Linhart sublinha a «adaptação» do pensamento de Lenine sobre estas questões em função da própria situação militar e das suas exigências, pondo em confronto dois textos escritos com o intervalo de um ano (Junho de 1919 — Maio/Junho de 1920), um saudando os sábados comunistas como um «princípio efectivo do comunismo», outro reconhecendo as insuficiências do «material humano que nos legou o capitalismo», que só permitirá atingir o comunismo «ao fim de longos anos». O mesmo autor define o pensamento de Lenine (a sua *especificidade*) como o exemplo mesmo «de pensamento dialéctico, perpetuamente em luta com o real e consigo próprio, realizando e destruindo adequações sempre provisórias» (*Lenine, Les Paysans, Taylor*, p. 141, nota 1). O baixo nível de pre-

paração e educação das massas, aliado ao «esvaziamento» da base proletária³⁶ impôs essa evolução e, aparente paradoxo, a fase «liberalizante» da N. E. P., que se seguiu, exigiu o reforço dos mecanismos repressivo-disciplinadores: as enormes concessões feitas ao capitalismo e à pequena-burguesia tinham como contrapartida a necessidade de um reforço da «vigilância e da disciplina proletárias». A morte de Lenine veio enfim selar em definitivo o triunfo do «aparelho».

O comunismo de guerra ficou a constituir uma espécie de «modelo concentrado» das aspirações de muitos revolucionários a uma «via rápida» para o socialismo. Ele deixou, de qualquer modo, posto o problema das *etapas*. Com efeito, ficou em suspenso uma questão vital. As experiências «comunistas» tentadas, pela força das circunstâncias, durante a fase do comunismo de guerra estavam condenadas ao fracasso dado encontrarem-se largamente *em avanço* sobre as condições quer materiais quer sociais da Rússia Soviética. Além disso, a situação catastrófica da economia de guerra e das relações com os camponeses (que atingiram o ponto explosivo no Outono-Inverno de 1920, com inúmeras sublevações no campo)³⁷ impediram uma exploração reflectida dos resultados dessas experiências,

³⁶ Por efeito da mobilização militar e para serviços públicos, da fuga de trabalhadores para o campo (onde, apesar de tudo, era mais fácil a subsistência), da ocupação de numerosos cargos políticos e sindicais por muitos dos proletários mais qualificados e politicamente conscientes, a base proletária do regime soviético viu-se extremamente restringida. Em 1920-21 o proletariado industrial (excluída a pequena indústria artesanal) cifrava-se em metade do que era em 1917: 1,48 milhões contra três milhões. E mesmo esse proletariado merecia de Lenine esta interrogação: «É-se proletário só porque se trabalha numa fábrica, na Rússia actual?» (ver *SC-I*, p. 114). Rudzutak constatava, em Janeiro de 1919: «Os trabalhadores dos grandes centros industriais estão a ser absorvidos na massa camponesa, e em vez duma população operária estamos com uma população semicamponesa ou mesmo puramente camponesa» (*BR-II*, p. 196).

³⁷ O que não impede I. Katorguin, numa das muitas obras totalmente acriticas que abundam na União Soviética (*Experiencia Historica de la Aplicacion de la N.E.P. por el P.C.U.S.*), de dizer tranquilamente: «A política do comunismo de guerra contribuiu para fortalecer a aliança militar e política entre os operários e os camponeses» (p. 41). E logo adiante reconhece, citando Lenine, que as transformações dos anos de guerra se fizeram «à margem, "até certo ponto, do que se passava entre as extensas massas camponesas"»... (p. 44).

obrigaram a frequentes e bruscas «mudanças de rumo», tornaram inevitável a grande viragem da N. E. P. Mas, em circunstâncias diferentes, sobretudo quando a conquista do poder seja a *conclusão* e não o *início* da luta armada, em que, portanto, o poder popular (ou proletário) tenha *tempo* e disponha de um crédito de mobilização de massas consecutivo a uma vitória revolucionária, não será possível retomar do comunismo de guerra algumas ideias importantes e imediatamente aplicáveis que acelerem o processo de transição? É isto, afinal, o que Fidel Castro exprime muito claramente quando, no discurso do 1.º de Maio de 1966, diz: «Quando da constituição do Comité Central, dissemos que pensávamos que o comunismo não podia ser edificado em total independência da edificação do socialismo, que o comunismo e o socialismo deviam, de certo modo, ser edificados paralelamente e que inventar um processo dizendo “até aqui, construímos o socialismo, a partir de lá construímos o comunismo”, poderia constituir um erro, um grande erro. Por consequência, não podíamos, entre outras coisas, hipotecar o desenvolvimento e a formação do homem comunista ao nosso ardente desejo de completar as tarefas do socialismo.» Mas não considera a questão arrumada: «Pensamos que, sobre todos estes problemas do socialismo e do comunismo, há que meditar, que reflectir, que estudar, que analisar e há ainda muito que procurar.» De facto, «a nossa Revolução, nos primeiros tempos, tinha certas tendências plagiárias, mecânicas. Copiávamos um país irmão e, depois, este país mudava de sistema porque não era o mais conveniente. Imaginem as consequências para os copiadores! Copiar será sempre mau. Copiar na vida, copiar na Revolução, é como copiar num exame. Ninguém obterá o seu diploma de revolucionário a copiar». Construir o socialismo é obra de imaginação. É talvez o maior dos ensinamentos do comunismo de guerra: os revolucionários bolcheviques foram capazes de uma imaginação verdadeiramente notável na busca de soluções para uma situação por vezes quase desesperada.

Eles nem sequer estavam ainda a «construir o socialismo» e acabaram mesmo, alguns, por imaginar já se encontrarem a caminho do comunismo. Mas algumas pistas que deixaram foram de inestimável valor e dão-nos elementos indispensáveis para pensar o socialismo e o comunismo como tarefas não necessariamente *sucessivas*, mas parcialmente sobrepostas.

A IMAGINAÇÃO E OS MODELOS — CONCLUSÕES

No seu famoso texto «Da Justa Solução das Contradições no Seio do Povo», de Fevereiro de 1957, diz Mao Tsé-tung: «Vejamos quem nos construiu tantas fábricas importantes. Os Estados Unidos? A Grã-Bretanha? Não. Só a União Soviética faz isto porque é um país socialista, nosso aliado. Ao lado da União Soviética, certos países irmãos da Europa Oriental também nos deram algum auxílio. É perfeitamente verdadeiro que devemos estudar a experiência positiva de todos os países, sejam socialistas ou capitalistas. Isso é incontestável. Mas o essencial é estudar a da União Soviética. Podem adoptar-se duas atitudes para aprender qualquer coisa dos outros. Uma é dogmática e consiste em copiar tudo, quer isso convenha ou não às condições do nosso país. Essa atitude não é boa. Há outra, que consiste em fazer funcionar os nossos cérebros e em aprender o que corresponde às condições do nosso país, isto é, assimilar aquilo que nos pode ser útil. É essa a atitude que devemos adoptar.» Na realidade, está-se nessa altura a chegar ao fim desse apoio fraterno, estão precisamente então a surgir as primeiras divergências entre os P. C. da U. R. S. S. e da China. Não nos cabe aqui discutir a génese e o desenvolvimento do que viria a ser crismado de «conflito sino-soviético». Interessa-nos apenas salientar que 1958 marca, com o «Grande Salto em Frente» e a criação das comunas populares, o verdadeiro arranque daquilo a que muitos chamam hoje o «modelo chinês de desenvolvimento». A partida dos técnicos

soviéticos em Agosto de 1960³⁸ restituiu à China aquele «isolamento» que, como já atrás vimos, é geralmente fonte de criatividade e de inovação — ainda que, quarenta anos após a Revolução de Outubro, e nas novas condições surgidas depois de 45, fosse pelo menos inesperado recomeçar a «construção do socialismo num só país»... Mais tarde, em Janeiro de 62, numa conferência do partido, Mao reconhece em que escassa medida a China aplicara a segunda daquelas atitudes que cinco anos antes recomendara: «Nesses dias [os primeiros anos após a tomada do poder, em 49] não tínhamos outra alternativa que não fosse copiar a União Soviética. Especialmente no campo da indústria pesada, copiámos praticamente tudo da União Soviética, e tivemos muito pouca criatividade própria³⁹. Nessa altura era absolutamente necessário agir assim, mas, ao mesmo tempo, isso era uma fraqueza — falta de capacidade para nos aguentarmos nas nossas próprias pernas. Naturalmente, isso não podia ser a nossa estratégia a longo prazo. A partir de 1958 decidimos fazer da auto-suficiência⁴⁰ a nossa

³⁸ Recorde-se que, nessa data, Kruchtchev deu ordem de regresso à União Soviética a todos os engenheiros e técnicos que se encontravam na China a cumprir um programa de instalação de cento e cinquenta e seis projectos industriais que deviam constituir a base da indústria chinesa. Foi-lhes ordenado que trouxessem todos os desenhos e documentos relativos a essas unidades. Numerosos complexos industriais ficaram votados à ruína, uma grande barragem incompleta, a economia chinesa gravemente comprometida. Tal atitude, certamente não inspirada no «internacionalismo proletário», destinava-se, com toda a evidência, a fazer pressão sobre o P. C. Chinês, de modo a «metê-lo na ordem», ou seja, a trazê-lo de novo à estrita fidelidade às posições soviéticas (nessa altura, em particular, sobre a questão da coexistência pacífica). De passagem, assinala-se que, em fins de 1965, é a vez de terem os Chineses uma atitude do mesmo tipo (embora de consequências menos graves) em relação a Cuba, ao recusarem-se a reconduzir o acordo de fornecimento de arroz, deste modo reduzindo a metade a ração de arroz dos Cubanos, que nessa altura evitavam tomar partido no conflito sino-soviético, a seus olhos catastrófico para o campo socialista.

³⁹ De facto, na agricultura, as coisas passaram-se de modo distinto. Aí os Chineses souberam aproveitar *criativamente* a experiência soviética e, apoiados na larga base camponesa da revolução e na sua própria experiência desenvolvida durante mais de vinte anos de luta e de administração nas zonas libertadas, puderam evitar as violências da colectivização soviética e progressivamente vencer as várias fases da colectivização sem problemas de maior.

⁴⁰ O termo original *self-reliance* (in Stuart Schramm, *Mao Tse-tung Unrehearsed*) não tem tradução exacta em português. É, de facto, o substantivo que corresponde à atitude global de «apoiar-se nas suas próprias forças», tirar o máximo partido das próprias capacidades.

política fundamental, e só secundariamente nos apoiarmos no auxílio externo.» É certo que, como é sabido, o «Grande Salto» de 1958-60 conduziu a resultados *economicamente* duvidosos, e em certos aspectos talvez mesmo desastrosos. Podem detectar-se nesse período curiosas analogias com a fase do comunismo de guerra de 1918-1921. Segundo Baby (*La Grande Controverse Sino-Soviétique*, p. 59): «É um facto que no espírito dos que organizaram as comunas populares, a China tinha descoberto o meio de queimar etapas e de ascender rapidamente à etapa comunista do desenvolvimento social.» Hughes e Luard (*DE*, p. 87) confirmam-no, ao referirem-se ao «novo sistema (que era considerado como um progresso importante no caminho para o comunismo)». O próprio Mao reconhece que «se fazia soprar o vento do comunismo» (*MC*, p. 183). Uma vez mais uma «aceleração forçada da História» impõe a inevitável correcção. Mas agora, porque as condições são totalmente outras, trata-se mais de um afrouxamento do que propriamente de uma vasta retirada, como sucedeu com a N. E. P. De facto, se o ritmo da marcha para o socialismo é abrandado, não se trata de esperar pacientemente que os camponeses «cresçam para o socialismo» enquanto se desenvolvem até ao seu limite as relações capitalistas (ainda que sob a vigilância do partido), de «cavalgar para o socialismo num burro» atirando aos camponeses o *slogan* «entriqueçam!» (todas as expressões entre aspas são de Bukharine, em 1925, que passara das posições ultra-esquerdistas de 1919-1920 para o extremo oposto poucos anos depois). Pelo contrário, se, depois de 60, são eliminadas certas tendências para a «economia natural» e para a igualitarização excessiva manifestadas durante o período do «Grande Salto», as lições do relativo fracasso ⁴¹ foram aproveitadas para estabelecer uma nova estratégia de desenvolvimento, anunciada logo em princípios de 1960: «A agricultura será tomada como base, a indústria

⁴¹ Para o qual contribuíram largamente, convém recordar, as calamidades naturais que assolaram a China em 1959 e 1960.